

Projeto
PAA Municipal
“O Caso de Itanhaém”



Marco Aurélio Gomes dos Santos
Prefeito Municipal

Itanhaém-SP

REALIZAÇÃO



ITANHAÉM
P R E F E I T U R A

Secretaria de
Desenvolvimento Econômico
Departamento de Agricultura

Secretaria de Educação
Cultura e Esportes
Banco de Alimentos Municipal

Ministério do
**Desenvolvimento Social
e Combate à Fome**

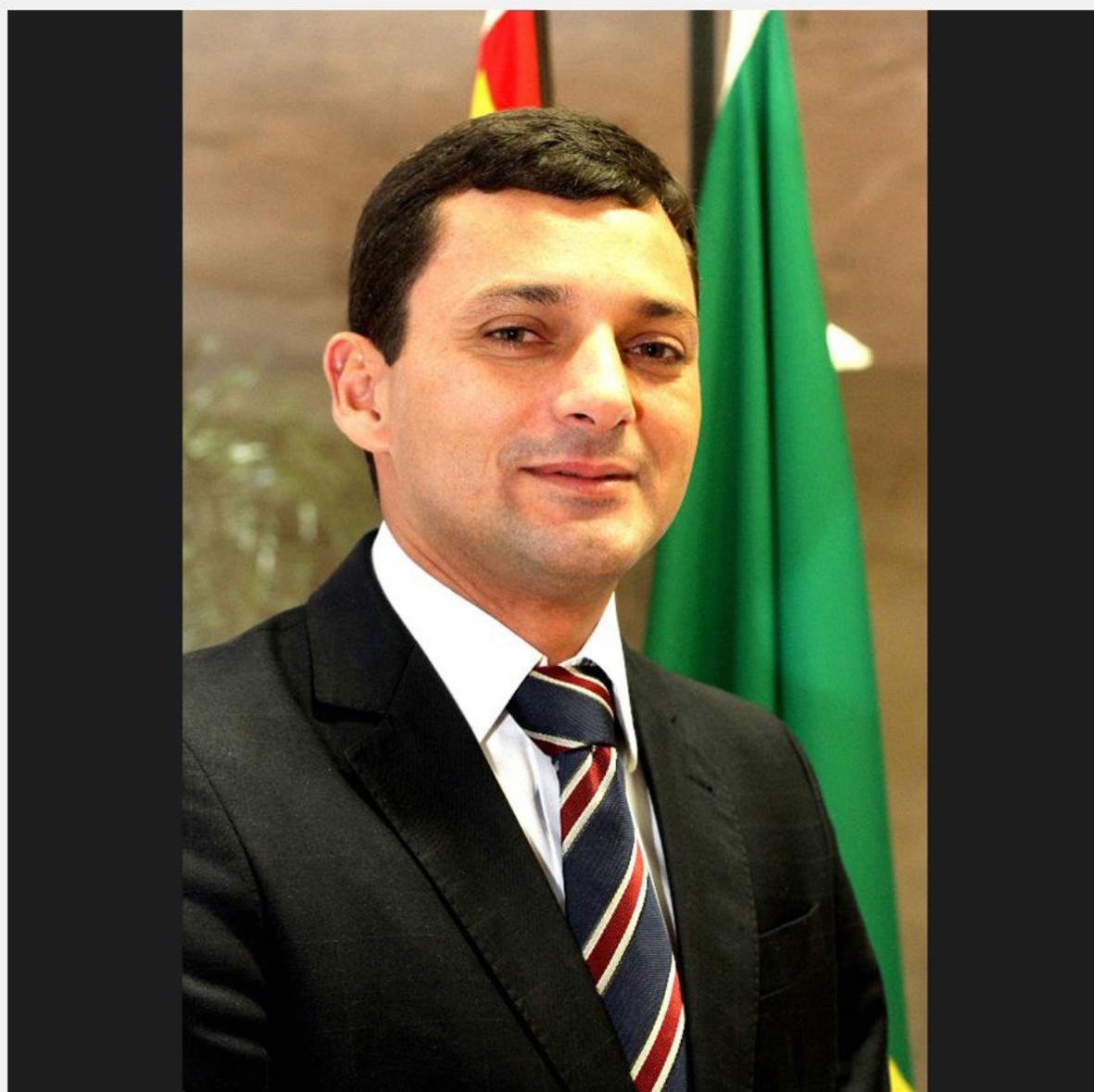
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

DEDICATÓRIA

Dedicamos nosso êxito aos homens e mulheres do campo, do Rio Branco ao Rio Preto, que abriram suas porteiras para nossas ações, idéias e sonhos; aos homens e mulheres que enfrentam diária e corajosamente o mar e seus caprichos em busca do pescado. Dedicamos também a homens e mulheres que enquanto gestores máximos do município ousaram e foram de fato “empreendedores”. E, não menos importante a equipe de ponta que soube reconquistar a confiança destes indivíduos, tornando-os protagonistas de uma profunda transformação na identidade rural e pesqueira de Itanhaém.



**PRÊMIO
PREFEITO EMPREENDEDOR SEBRAE SP**



Marco Aurélio Gomes dos Santos
Prefeito Municipal

José Roberto Pereira do Nascimento
Vice-Prefeito
Secretário de Desenvolvimento Econômico

Luci Cristina Zanella
Secretária de Educação Cultura e Esportes

Luciana de Melo Costa
Gestora de Segurança Alimentar
SECE/BA/PAA

Odil Coccoza Vasques Junior
Diretor Departamento de Agricultura

Luciana Freitas da Cunha Rodrigues
Coordenadora do Banco de Alimentos

Fernanda Macedo Rodrigues
Assessora de Sistemas Operacionais

ÍNDICE

Concepção do Projeto	06
O Projeto	07
Metas	09
Avaliação de Impacto	10
Análise Situacional	11
Gráficos Quali-quantitativos	12
Matéria de Estudo	15
Desdobramentos	24
Mídia	25
Seminários e Eventos	40
Depoimentos	47
Instrumental de Comprovação	49
Marcos Regulatórios	50
Chamadas Públicas	55
Logos Institucionais	60
Considerações Finais	61

CONCEPÇÃO DO PROJETO

Após a implantação do Equipamento de Segurança Alimentar - Banco de Alimentos, iniciamos em Itanhaém um processo de combate a fome, através da rede parceira de empresas do seguimento alimentício, tais como Supermercados, Feiras Livres e Sacolões. Tal iniciativa permitiu que tivéssemos uma real dimensão dos índices de insegurança alimentar da população, de nossa capacidade para agir na minimização do desperdício e dos níveis de risco ligados à alimentação. Detectamos que grande parte deste processo acontecia na zona rural, por problemas técnicos de produção, falta de acesso ao mercado local, falta de documentação apropriada ao fornecimento, migração de produtores para zona urbana e outros.

A definição mais vigente de Segurança Alimentar, no Brasil, significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana.

Representa um conceito bastante abrangente, comportando as noções do alimentar e do nutricional; enfatizando os aspectos do acesso e da disponibilidade em termos de suficiência, continuidade e preços estáveis e compatíveis com o poder aquisitivo da população; ressaltando a importância de qualidade; valorizando os hábitos alimentares adequados e colocando a segurança alimentar e nutricional como uma prerrogativa básica para a condição de cidadania.

Portanto, tínhamos a forte intenção de revitalizar a zona rural, e colocá-la como aliada não só da construção de uma nova realidade social, mas como protagonista do novo desenho de SAN em Itanhaém, além de explorar ao máximo o potencial de um EPAN como Banco de Alimentos para ações integradas de promoção e garantia ao direito humano à alimentação digna e saudável.

Justificativa apresentada: Em Itanhaém, com a implantação do Banco de Alimentos em Nov/2007, a segurança alimentar nutricional passou a fazer parte do cotidiano das escolas, entidades, associações e consciência comunitária da cultura do não desperdício. O comércio alimentício aderiu e mantém diariamente uma média de 600Kg de alimentos em doação. Com a implantação do PAA /CDLAF (2008), os agricultores do município ganharam um novo ânimo, de forma que vários foram incluídos elevando para 28T/Mês a arrecadação de alimentos para doação simultânea. Um dado preocupante, até então, era a insistência do produtor com

relação à monocultura da banana, que já passou pelo auge nas décadas de 50/70, mas as ações de SAN vêm quebrando barreiras e contribuindo para a reorganização



Semanalmente os Agricultores Familiares entregam seus produtos ao PAA até atingirem a cota de R\$ 4.500,00 ano.

do núcleo produtivo rural, urbano e peri-urbano. É também notável a participação dos pescadores artesanais, grupo arredio e de características caiçaras arraigadas, mas que também estão aderindo. Portanto, a renovação do PAA CDLAF 2010, vem consolidar uma política pública de inclusão do produtor familiar com efetiva inserção socioeconômica, de melhoria de qualidade de vida, apropriação de conhecimento, que poderá agregar valores e redução dos índices de insegurança alimentar no município.

Consiste em apoio financeiro para implantar o Programa de Aquisição de Alimentos Compra para Doação Simultânea por meio da aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e que se destinam ao atendimento das demandas de suplementação alimentar e nutricionais dos programas sociais; o primeiro aporte financeiro foi aprovado em 2008, o segundo em 2010 e agora estamos no 3º PAA em status de Termo de Adesão.

Objetivo Geral

Implantação do Programa de Aquisição de Alimentos Compra para Doação Simultânea por meio da aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares e pescadores artesanais que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimentos da Agricultura Familiar - PRONAF e que se destinam ao atendimento das demandas de suplementação alimentar e nutricionais dos programas sociais do município de Itanhaém.

Por ordem cronológica:

PAA 2008/2010	
MDS	R\$ 700.000,00
Prefeitura de Itanhaém	R\$ 77.778,02
Total	R\$ 777.778,02
Vigência	27/11/2008 a 30/04/2010

Objetivos Específicos:

- Desenvolver o Programa de Compra Direta Local da Agricultura Familiar.
- Apoiar os agricultores familiares por meio da compra de seus produtos.
- Distribuir os produtos adquiridos aos beneficiários do programa (entidades sociais).

Objetivos Específicos:

- Adquirir 638,69 toneladas de alimentos.
- Atender 303 agricultores familiares.
- Doação Simultânea para 49 entidades socioassistenciais e equipamentos públicos.
- Beneficiar até 5.000 pessoas em situação de insegurança alimentar nutricional.

PAA 2010/2013	
MDS	R\$ 1.288.980,00
Prefeitura de Itanhaém	R\$ 112.430,50
Total	R\$ 1.401.410,50
Vigência	28/06/2010 a 28/02/2013

PAA 2013-Termo de Adesão 0444/2013
Proposta 000.000.721.35/2013

MDS	R\$ 589.515,18
Prefeitura de Itanhaém	R\$ 0,00
Total	R\$ 589.515,18
Vigência	13/08/2013 a 31/12/2013

Objetivos Específicos :

- Adquirir 312 toneladas de alimentos.
- Atender 132 agricultores familiares.
- Doação Simultânea para 152 entidades socioassistenciais e equipamentos públicos.
- Beneficiar até 20.000 pessoas em situação de insegurança alimentar nutricional.

PAA 2008/2010	Compra Direta	353T
	Distribuição de Alimentos	353T
	Entidades Atendidas	48
	Pessoas Beneficiadas	23.000/Trimestre
	Agricultor Pescador	200

PAA 2010/2013	Compra Direta	912T
	Distribuição de Alimentos	912T
	Entidades Atendidas	48
	Pessoas Beneficiadas	3.500/Mês
	Agricultor Pescador	216

PAA 2013	Compra Direta	312T
	Distribuição de Alimentos	312T
	Entidades Atendidas	152
	Pessoas Beneficiadas	4.000/Mês
	Agricultor Pescador	132

AValiação DE IMPACTO

- Produção: tivemos a diversificação da produção em mais de 50 propriedades e a melhora da qualidade de produção em todas.
- Comercialização: os produtores aumentaram em torno de 70% a comercialização de seus produtos, em função da adesão e credibilidade no Programa, inserindo excedentes dos produtos na Feira Agrícola, PAA/PNAE que vieram após e já fortalecidos pela prática pioneira do PAA no município.
- Qualidade de Vida: é inegável a melhor condição sócio financeira dos beneficiários, traduzindo em mudança efetiva na vida do produtor. Por outro lado também podemos mensurar a importância do acesso aos alimentos do PAA nos bolsões de insegurança alimentar, mudando também os índices de vulnerabilidade e a condição do município em relação a fome.
- Hábitos Alimentares: estímulo à mudança de atitude na ingestão alimentar e o importante resgate da boa alimentação caiçara com a volta do consumo do palmito pupunha e pescado.



ANÁLISE SITUACIONAL

ANTES DO PROJETO

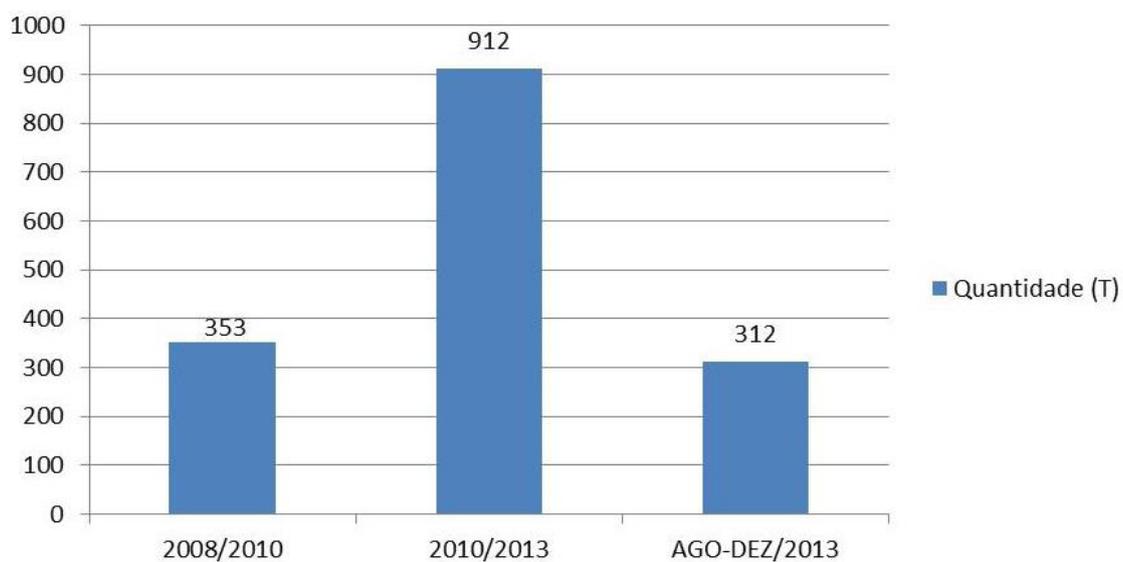
A Zona Rural encontrava-se em estado “vegetativo”, em franca decadência produtiva e consequentemente isolamento social instalado. Os trabalhadores paulatinamente abandonando seus postos e o mais grave, grande parte dos proprietários e seus familiares desistindo da agricultura para iniciar a migração aos espaços urbanos. Os pequenos produtores estavam á mercê de atravessadores, e lamentavelmente o município não dispunha de política pública voltadas a fomentar de forma mais incisiva, através de incentivos, compras institucionais, melhoria nas vicinais e mesmo sem muito a oferecer em assistência técnica ao produtor. A mesma realidade, talvez até com maiores dificuldades, apresentava-se o desenho socioeconômico da pesca artesanal. Acreditamos que a implantação do Banco de Alimentos e o Programa de Microbacias I e II foram marcos históricos no processo de resgate e revitalização da Agricultura e Pesca de Itanhaém.

APÓS O PROJETO

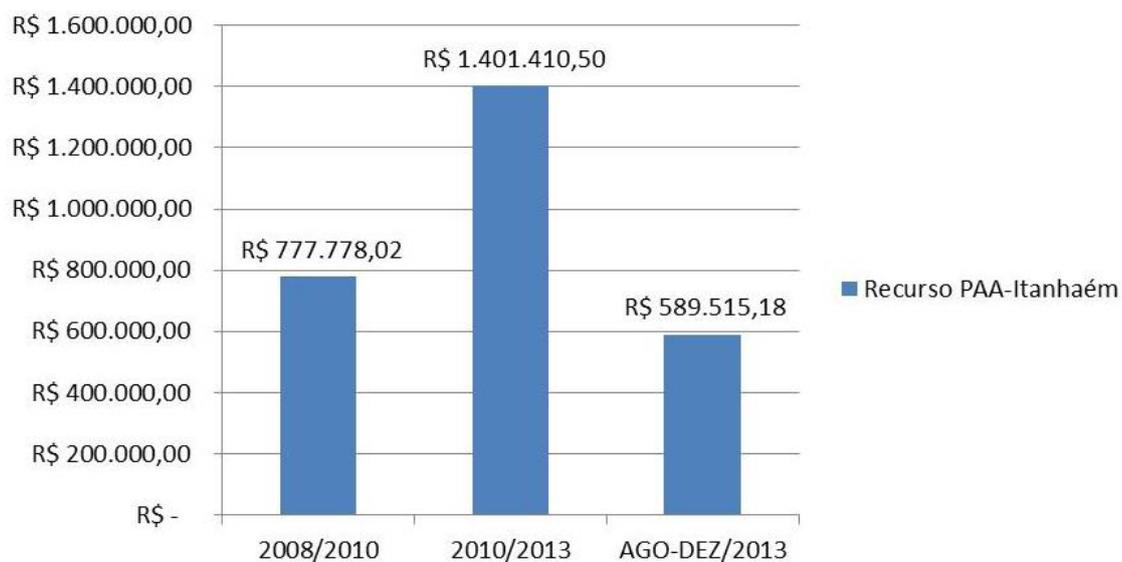
- Revitalização da zona rural.
- Resgate da cultura alimentar caiçara.
- Valorização do trabalho no campo.
- Inclusão social do cidadão rural na vida urbana.
- Melhoria na qualidade de vida.
- Melhoria nos índices de renda.
- Diversificação da produção agrícola.

GRÁFICOS QUALIQUANTITATIVOS

Quantidade (T)

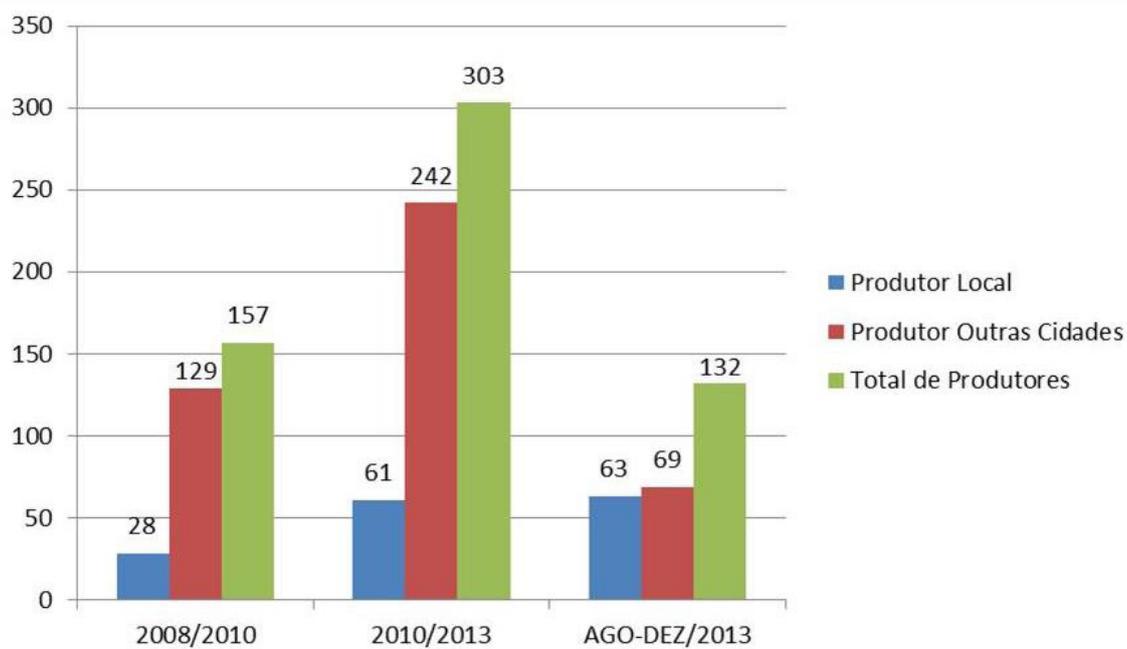
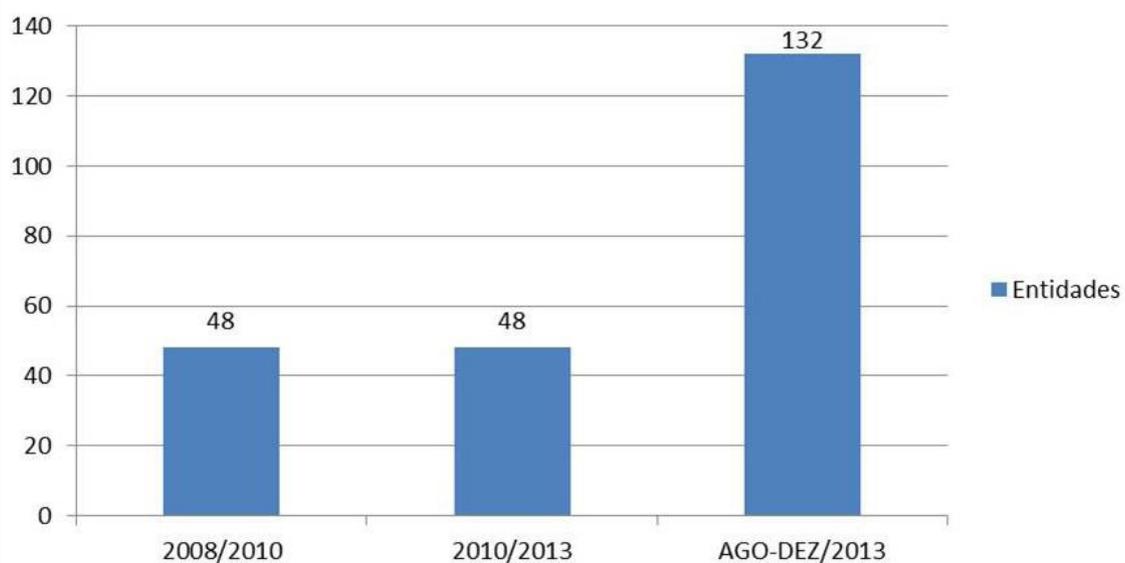


Recurso PAA-Itanhaém



GRÁFICOS QUALIQUANTITATIVOS

Entidades



GRÁFICOS QUALIQUANTITATIVOS

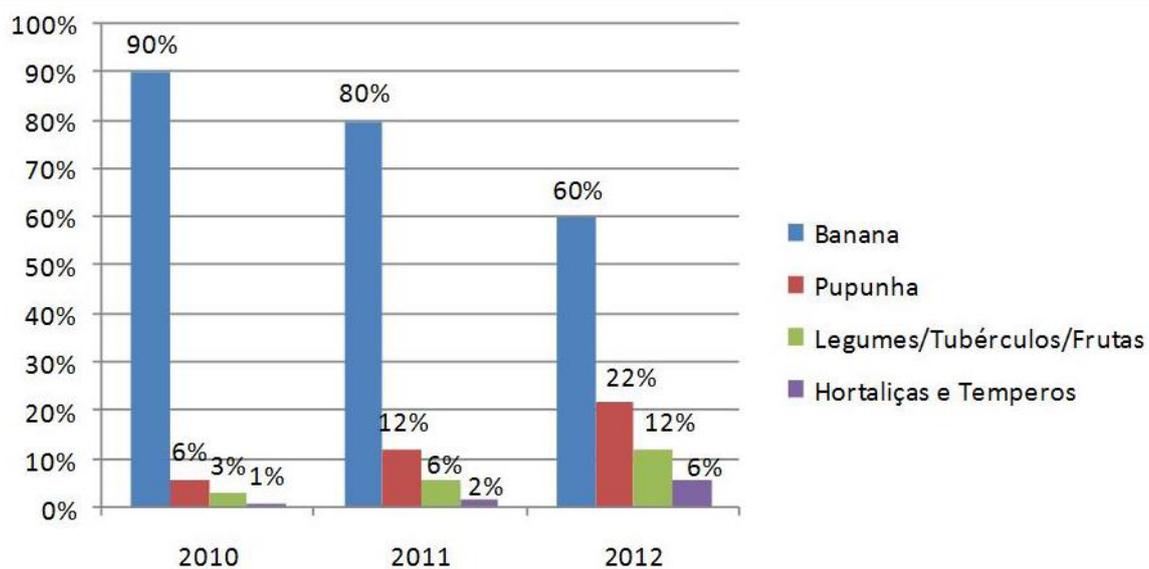


Tabela 1: valores recebidos pelos agricultores de Itanhaém.

Ano	Modalidade PAA	Renda PAA ano/mês	Renda própria – comércio local/mês	Renda – Feiras/mês	Total –média mensal
2008	PAA Municipal	4.500,00/375,00	800,00		1.175,00
2009	PAA Municipal	4.500,00/375,00	1.200,00		1.575,00
2010	PAA Municipal	4.500,00/375,00	1.800,00	600,00	3.525,00
	PAA/PNAE	9.000,00/750,00			
2011	PAA Municipal	4.500,00/375,00	2.000,00	2.000,00	5.125,00
	PAA/ PNAE	9.000,00/750,00			
2012	PAA Municipal	4.500,00/375,00	2.500,00	3.000,00	7.535,00
	PAA/ PNAE	20.000,00/1.660,00			

Fonte: Departamento de Agricultura Municipal (2012).

MATÉRIA DE ESTUDO

Extrato do Produto FAO - PAA/Itanhaém 2011



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

PROJETO FAO UTF/BRA/064/BRA

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Modalidade

COMPRA DIRETA LOCAL PARA DOAÇÃO SIMULTÂNEA MUNICIPAL

PRODUTO III

Consultora – PINK BENGALY ALVES DE ALMEIDA

BRASÍLIA, NOVEMBRO DE 2011

Extrato do Produto FAO - PAA/Itanhaém 2011

1. APRESENTAÇÃO

O terceiro produto desta consultoria é um documento técnico sistematizado e análise da Oficina de Diagnóstico Participativo com representantes das entidades socioassistenciais e dos conselhos municipais participantes do Programa no município. Esse documento contera a pesquisa coletada entre os participantes da Oficina e diagnóstico dos pontos positivos e negativos quanto à logística de recebimento dos alimentos, os principais problemas enfrentados pelos beneficiários consumidores para o recebimento dos alimentos, a relação oferta x demanda e resultados obtidos em relação à melhoria da alimentação fornecida na região Sudeste.

A atividade que será desenvolvida é a realização de uma Oficina de Diagnóstico Participativo para coleta de informações fornecendo subsídios à Coordenação para implementação de ações de correção e/ou qualificação dos instrumentos normativos da modalidade. restrição alimentar ou, pelo menos, preocupação com a possibilidade de ocorrer restrição por falta de dinheiro para comprar comida. Esse grupo se dividia em três categorias: 20,9% com insegurança leve, 7,4% com moderada e 5,8% na situação grave (11,2 milhões de pessoas). Do total na última classificação, 1 milhão eram crianças de 0 a 4 anos. Em 2004, a situação grave atingia 8,2% da população.

O IBGE aponta forte associação entre condição alimentar e rendimento das famílias: 58,3% dos domicílios do País na situação de insegurança moderada ou grave tinham até meio salário mínimo per capita ou nenhum rendimento.

SÃO PAULO

7.1 Itanhaém (SP)

Edital: Nº 02/2010 Convênio: 052/10 Valor do Convênio: R\$ 1.000.906,00 Entidades beneficiárias: 49 Pessoas atendidas: 5.000

A Estância Balneária do Município de Itanhaém-SP possui um área de 599,1 Km², localiza-se no litoral do Estado de São Paulo na Região Metropolitana da Baixada Santista. A cidade dista 110 Km² da capital paulista. Segundo IBGE, o número de habitantes é de 87.338 e o Índice de Desenvolvimento Humano é 0.779.

O projeto apresentado pelo Município prevê a compra de produtos cultivados por 216 agricultores familiares e doação a 49 entidades sociais. Planeja-se que, durante a execução do convênio, aproximadamente 5.000 pessoas sejam alimentadas com 425,80 toneladas de produtos agropecuários.

METODOLOGIA

- Análise da pesquisa coletada através da Oficina de Diagnóstico Participativo com entidades socioassistenciais e Conselho Municipal participante do Programa. E diagnóstico apresentando os pontos positivos e negativos quanto à logística de recebimento dos alimentos, os principais problemas enfrentados pelos beneficiários consumidores para o recebimento dos alimentos, a relação oferta x demanda e resultados obtidos em relação à melhoria da alimentação fornecida na região Sudeste.
- Análise de documentação normativa do Programa de Aquisição de Alimentos.

Extrato do Produto FAO - PAA/Itanhaém 2011

7.1.1 VISITA ÀS ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS

Foram realizadas visitas a duas entidades atendidas pelo Programa para avaliação do atendimento do Programa ao público beneficiário.

- Grupo Conviver da 3ª idade – entidade filantrópica Responsável: Neusa Palma Pereira – coordenadora;
- Creche – Promoção Humana de Itanhaém – entidade filantrópica Responsável: Maria Madalena dos Santos – diretora administrativa.

7.1.2 OFICINA DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

- O município de Itanhaém (SP) foi escolhido para a realização da Oficina de Diagnóstico Participativo do Programa de Aquisição de Alimentos devido ao bom nível de execução e operacionalização do Programa.
- A oficina foi realizada no dia 25 de outubro de 2011 com a participação da equipe do PAA no Município. Foram convidados o presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e os representantes de vinte entidades participantes do Programa como amostragem do total das quarenta e nove entidades atendidas.
- Compareceram e participaram da Oficina dezenove representantes das entidades selecionadas e o representante do Conselho Municipal.

Conclusão

O PAA tem atendido em média a metade da demanda das entidades socioassistenciais.

Com esse estudo constatou-se que o Programa de Aquisição de Alimentos está se aprimorando a cada dia quanto à diversificação dos alimentos adquiridos, melhorando a qualidade dos alimentos ofertados, recebido um maior apoio logístico dos gestores locais e a participação ativa do Conselho Municipal. Mas com a finalidade de melhorar ainda mais o direcionamento das ações empreendidas verificou-se a necessidade de que alguns pontos relatados nesse estudo sejam revistos e analisados pela Coordenação local do Programa e do MDS, visando atender dentre outras a principal solicitação das entidades quanto às doações passarem a ser semanais.

MATÉRIA DE ESTUDO

Monografia TCC - Universidade Tecnológica Federal do Paraná



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal Do Paraná
Especialização em Gestão Pública Municipal
Campus Curitiba



MARIA ESTHER EIRAS RODRIGUEZ

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: A INCLUSÃO SOCIAL DE PEQUENOS AGRICULTORES DE ITANHAÉM (SP)

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA (PR)
2012

Monografia de conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Curitiba, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Prof. Orientador Dr. Jorge Carlos C. Guerra

RESUMO

RODRIGUEZ, MARIA ESTHER EIRAS. **Programa de Aquisição de Alimentos: a inclusão social de pequenos agricultores de Itanhaém (SP)**. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Educação à distância - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

O município de Itanhaém é uma cidade litorânea, que também possui muitas áreas verdes, além de áreas rurais. E nessas áreas rurais encontram-se os pequenos agricultores familiares que até um passado não muito distante, viviam com certa dificuldade tanto de mão de obra, venda e distribuição de sua produção, assim como tecnologia. Sem a devida valorização muitos jovens, filhos de agricultores saíram da área rural e até da cidade, inclusive, para outros países em busca de uma vida melhor. Hoje com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA a situação mudou. A partir daí houve uma melhor organização entre os agricultores, com a criação de cooperativa, fortalecimento do mercado local e o resgate da cultura local. Foi diagnosticado o perfil dos agricultores, as principais atividades desenvolvidas na região, área de produção e o significado do PAA para as famílias dos agricultores familiares da cidade de Itanhaém. O objetivo principal deste trabalho foi observar até que ponto as famílias foram beneficiadas com o PAA, como vivem, qual o retorno social e financeiro para essa parcela da população e apresentar os resultados deste estudo.

Palavras-chave: agricultura familiar, desenvolvimento local, insegurança alimentar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou a inclusão social dos pequenos agricultores no município de Itanhaém. Foi destacada a importância das políticas públicas, o investimento da união, a vontade política do prefeito e o envolvimento sério e determinado dos gestores e colaboradores do programa PAA, que foi o objeto de estudo.

Após o levantamento de dados e pesquisa in loco, foi percebida a influência das políticas públicas implementadas pelo governo municipal como fator positivo tanto no aspecto financeiro como social. Os agricultores passaram a ter um retorno maior pelo seu trabalho e adquiriram bens e passaram a integrar a comunidade local melhorando a autoestima dessa parcela da população. Hoje os pequenos agricultores estão mais estruturados e organizados. Todos que participam dos programas possuem a documentação legalizada e estão todos cadastrados no PRONAF. Com a prática da agricultura orgânica, os produtos comercializados são de melhor qualidade e sempre frescos.

Foi observado também que o PAA desenvolve ações de cidadania e geração de renda e emprego além de estar em consonância com a missão do MDS no combate à fome e atendendo a demanda de suplementação alimentar da parcela da população que se encontra em vulnerabilidade alimentar.

No estudo de Bianchini, Políticas Públicas para a Agricultura Familiar Desenvolvimento Local Rural Sustentável (www.deser.org.br) fica clara a evolução do agricultor e a importância dos recursos liberados pelo governo para o PRONAF, para esse desenvolvimento agrário. Assim como no estudo de Formenton (2011) sobre o significado do PAA para o município de Santo Ângelo (RS), que além dos benefícios financeiros trouxe também os benefícios sociais aos agricultores e produtores de leite da região, sendo que o PAA é fundamental para a permanência dessas famílias no meio rural.

Para o município o PAA foi de grande importância, pois houve além da contribuição com os alimentos para as entidades sociais, a melhora na qualidade da merenda escolar, já que os produtos dos agricultores também atendem as escolas municipais.

Houve um resgate da cultura caiçara tanto na culinária como no artesanato. Além disso, muitos jovens, filhos de agricultores que saíram da cidade para tentar uma vida melhor e uma profissionalização, voltaram para o município e investiram na agricultura. Outros perceberam um novo nicho de mercado e arrendaram terras para investir na produção de frutas e legumes.

A crise econômica no exterior fez com que muitos brasileiros que estavam no exterior voltassem para o Brasil e no município os descendentes de japoneses voltaram a plantar e com inovações tecnológicas e novas técnicas que adquiriram, principalmente na plantação do palmito pupunha, que está em grande expansão.

Percebe-se a necessidade de ampliação do Banco de Alimentos, criação de polos para facilitar o recebimento dos produtos, aquisição de novos equipamentos, principalmente mais um veículo para a distribuição, pois a demanda está aumentando. Pelo que foi percebido já existe um novo projeto para 2013 que estará complementando a política do PAA para que mais entidades e camadas mais vulneráveis da população possam beneficiadas.

Seria interessante que um programa de reflorestamento e aquisição de máquinas agrícolas fosse implantado. Com isso muitos agricultores poderiam financiar os maquinários para auxiliar na produção e o reflorestamento poderia ser outra alternativa de renda do agricultor além de investir na criação de búfalos já existente mas que poderia ser mais atrativa comercialmente.

Os objetivos deste estudo foram alcançados plenamente, foram identificadas as ações para a implantação do PAA no município, as mudanças financeiras e sociais dos agricultores familiares, o significado do PAA para esses agricultores, a aquisição e distribuição dos alimentos adquiridos e pode-se concluir que os resultados foram positivos para o município, entidades e agricultores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou a inclusão social dos pequenos agricultores no município de Itanhaém. Foi destacada a importância das políticas públicas, o investimento da união, a vontade política do prefeito e o envolvimento sério e determinado dos gestores e colaboradores do programa PAA, que foi o objeto de estudo.

Após o levantamento de dados e pesquisa in loco, foi percebida a influência das políticas públicas implementadas pelo governo municipal como fator positivo tanto no aspecto financeiro como social. Os agricultores passaram a ter um retorno maior pelo seu trabalho e adquiriram bens e passaram a integrar a comunidade local melhorando a autoestima dessa parcela da população. Hoje os pequenos agricultores estão mais estruturados e organizados. Todos que participam dos programas possuem a documentação legalizada e estão todos cadastrados no PRONAF. Com a prática da agricultura orgânica, os produtos comercializados são de melhor qualidade e sempre frescos.

Foi observado também que o PAA desenvolve ações de cidadania e geração de renda e emprego além de estar em consonância com a missão do MDS no combate à fome e atendendo a demanda de suplementação alimentar da parcela da população que se encontra em vulnerabilidade alimentar.

No estudo de Bianchini, Políticas Públicas para a Agricultura Familiar Desenvolvimento Local Rural Sustentável (www.deser.org.br) fica clara a evolução do agricultor e a importância dos recursos liberados pelo governo para o PRONAF, para esse desenvolvimento agrário. Assim como no estudo de Formenton (2011) sobre o significado do PAA para o município de Santo Ângelo (RS), que além dos benefícios financeiros trouxe também os benefícios sociais aos agricultores e produtores de leite da região, sendo que o PAA é fundamental para a permanência dessas famílias no meio rural.

Para o município o PAA foi de grande importância, pois houve além da contribuição com os alimentos para as entidades sociais, a melhora na qualidade da merenda escolar, já que os produtos dos agricultores também atendem as escolas municipais.

Houve um resgate da cultura caiçara tanto na culinária como no artesanato. Além disso, muitos jovens, filhos de agricultores que saíram da cidade para tentar uma vida melhor e uma profissionalização, voltaram para o município e investiram na agricultura. Outros perceberam um novo nicho de mercado e arrendaram terras para investir na produção de frutas e legumes.

A crise econômica no exterior fez com que muitos brasileiros que estavam no exterior voltassem para o Brasil e no município os descendentes de japoneses voltaram a plantar e com inovações tecnológicas e novas técnicas que adquiriram, principalmente na plantação do palmito pupunha, que está em grande expansão.

Percebe-se a necessidade de ampliação do Banco de Alimentos, criação de polos para facilitar o recebimento dos produtos, aquisição de novos equipamentos, principalmente mais um veículo para a distribuição, pois a demanda está aumentando. Pelo que foi percebido já existe um novo projeto para 2013 que estará complementando a política do PAA para que mais entidades e camadas mais vulneráveis da população possam beneficiadas.

Seria interessante que um programa de reflorestamento e aquisição de máquinas agrícolas fosse implantado. Com isso muitos agricultores poderiam financiar os maquinários para auxiliar na produção e o reflorestamento poderia ser outra alternativa de renda do agricultor além de investir na criação de búfalos já existente mas que poderia ser mais atrativa comercialmente.

Os objetivos deste estudo foram alcançados plenamente, foram identificadas as ações para a implantação do PAA no município, as mudanças financeiras e sociais dos agricultores familiares, o significado do PAA para esses agricultores, a aquisição e distribuição dos alimentos adquiridos e pode-se concluir que os resultados foram positivos para o município, entidades e agricultores.



AÇÕES PROGRAMÁTICAS

- FORTALECIMENTO DAS COMPRAS DIRETAS PAA Munic. PAA /PNAE PPAIS.
- CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS.
- IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA DO PESCADO
- INCLUSÃO DA CMS NA MERENDA ESCOLAR
- FORTALECIMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DIRETA “ Feiras Populares ”
- FOMENTO DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA
- ASSISTÊNCIA TÉCNICA CONTINUADA

BUSCA ATIVA

- POVOS INDÍGENAS DE ITANHAÉM E REGIÃO
- POPULAÇÃO RIBEIRINHA
- PESCADORES ARTESANAIS
- QUILOMBOLAS

Publicação Portal do MDS

“Município paulista lança versão do plano Brasil Sem Miséria e discute PAA

25/06/2012 15:55

Programação faz parte do I Seminário Metropolitano de Segurança Alimentar e Geração de Renda da Baixada Santista, promovido pelo município de Itanhaém

Brasília, 25 – O município paulista de Itanhaém lançará o plano municipal Brasil Sem Miséria com entrega de selos dos parceiros do Banco de Alimentos e debaterá as políticas públicas de segurança alimentar como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). A programação faz parte do I Seminário Metropolitano de Segurança Alimentar e Geração de Renda da Baixada Santista, que ocorrerá no dia 4 de julho. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) participará do evento.

Durante o seminário, a partir das 8h, serão abordados temas como o cotidiano do agricultor familiar, a articulação entre o governo federal e os municípios na política pública para a segurança alimentar, a organização social e a segurança alimentar em Itanhaém e o sistema agroflorestal e a soberania alimentar. Também serão apresentados os programas Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS) e o de Hortas nas Escolas.

Serão palestras e mesa redonda que contarão com a participação de grupos que atuam na área como gestores municipal, estadual e federal, indígenas, agricultores, pescadores e artesãos. A coordenadora-geral de Sistemas Locais de Abastecimento da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Elenita Correia da Silva, fará palestra sobre políticas públicas para a segurança alimentar.

O evento é promovido pela prefeitura de Itanhaém em parceria com o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural e Sustentável, Agência Metropolitana da Baixada Santista e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Extensão Rural com o apoio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, Instituto de Terras do Estado de São Paulo e o Conselho de Segurança Alimentar de São Paulo.

Quem quiser participar pode se inscrever até o dia 4 de julho pelo site da prefeitura de Itanhaém. O seminário será realizado no Satélite Clube de Itanhaém das 8h às 17h.”¹

Adriana Scorza
Ascom/MDS
(61) 3433-1021
www.mds.gov.br/saladeimprensa

Publicação no Portal da Prefeitura Municipal de Itanhaém

“Banco de Alimentos completa quatro anos e é referência nacional em programa social

Por Secretaria de Governo / Departamento de Comunicação Social
 comunicacao@itanhaem.sp.gov.br

O Banco de Alimentos de Itanhaém completou no último domingo (6) quatro anos de funcionamento. Com uma arrecadação diária de cerca de uma tonelada de alimentos, o programa trabalha para garantir a qualidade na nutrição de 48 entidades sociais cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Inaugurado em 2007, o Banco de Alimentos é responsável por atuar no combate à fome por meio da arrecadação de alimentos provenientes de doações de empresas, indústrias, supermercados e varejões que são selecionados, separados e embalados para, posteriormente, serem distribuídos gratuitamente à população. A equipe trabalho é composta por 19 profissionais, entre supervisora, coordenadora, motorista, nutricionista, manipulação dos alimentos, limpeza, captação, montagem de cestas e controle de qualidade.



Além de garantir a qualidade dos alimentos captados, o programa também contribui para a produção do pequeno agricultor.

O programa tem a preocupação em manter a qualidade nos serviços, ao mesmo tempo em que gerencia projetos que propiciam recursos financeiros aos agricultores do Município. O Banco está à frente de projetos como: PAA Municipal, PAA – Merenda Escolar, Modernização de Bancos e Feiras Populares.

Os agricultores do programa Feira do Produtor receberam capacitação em agricultura orgânica e gestão de agronegócio, a fim de se tornarem microempresários, conhecendo as principais regras para o fornecimento da nota fiscal e a venda direta para o consumidor.

Operacionalizando programas nacionais de Segurança Alimentar Nutricional, Itanhaém sai na frente e atrai profissionais da área nutricional de outros Municípios. Em agosto, a equipe recebeu a visita da representante do Conselho Regional de

Nutrição, Karina Nunes Simas, que se interessou em conhecer as instalações, após assistir a palestra ministrada pela gestora Luciana Melo, durante uma Conferência Regional de Segurança Alimentar.

Recentemente, Itanhaém esteve entre os três municípios do País convidados a

Publicação no Portal da Prefeitura Municipal de Itanhaém

participar como debatedora da Oficina sobre Banco de Alimentos, em Brasília. Luciana Melo falou sobre a experiência da construção da unidade em Itanhaém, focando a discussão no papel de combate ao desperdício.

O Banco de Alimentos é um programa do Governo Federal e da Prefeitura Municipal sob gestão da Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

COLABORAÇÃO - As empresas que quiserem contribuir com o Banco de Alimentos podem entrar em contato pelo telefone (13) 3421-1802 ou através do e-mail b.alimentos@hotmail.com. Ou pessoalmente na sede, localizada na Avenida Harry Forssell, 1.505, no Jardim Sabaúna.

Itanhaém conta com a parceria: Sacolão RB; CUCA Supermercados; Supermercados Saito; Supermercados Prático; Kroiks; Feira Livre do Bopiranga, Cabuçu, Suarão e KM 100. PAA – O programa nasceu com o objetivo de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos a pessoas em situação de insegurança alimentar, além de promover inclusão social, já que a aquisição dos alimentos contempla os agricultores familiares da região. Para garantir o andamento do PAA, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome repassou R\$ 920.700 mil, com contrapartida da Prefeitura de R\$ 80.206 mil, para a execução do PAA (2010/2012).

FEIRA DO PRODUTOR – Criada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para estimular a comercialização e o consumo de alimentos estão as Feiras e Mercados. Em Itanhaém, a Feira do Produtor já funciona desde o início de 2010. Assim que o projeto foi implantado pelo MDS, o Município não perdeu tempo e inseriu a modalidade em Itanhaém.”¹

Publicação Litoral Sustentável

“Boas Práticas: Projetos de Segurança Alimentar em Itanhaém

Publicado em 8 de janeiro de 2013

O município de Itanhaém se destaca pelo trabalho de valorização dos produtores locais e da cultura alimentar da região e com isso desenvolveu a agricultura do município, além da garantia de alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade.

Bianca Pyl, Comunicação Projeto Litoral Sustentável

O resgate da área rural de Itanhaém, município do litoral paulista, é uma realidade. Os produtores não dependem mais dos atravessadores para comercializar: a produção fica na cidade, abastecendo a população, as escolas, a rede assistencial e as famílias investem na diversidade da produção.

Esse resgate ocorreu como consequência do trabalho realizado pelo Banco de Alimentos, inaugurado em 2007. O BA de Itanhaém tem uma característica peculiar: os equipamentos e os programas de segurança alimentar são da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte. Com isso, as ações de distribuição de alimentos, abastecimento, fortalecimento da agricultura de base agroecológica tem um caráter educativo e cultural. O projeto do Banco de Alimentos contempla uma visão de segurança alimentar e nutricional que vai além da dimensão emergencial da assistência alimentar, abarcando os eixos da produção e do abastecimento, da cultura e educação, do consumo e da saúde.

Contando com uma área construída de 700 m², em seu primeiro ano de funcionamento o BA recolheu 91 toneladas e, mais recentemente, em 2011, essa quantidade aumentou para 611 toneladas. Além de receber diariamente doações de mercados e sacolões, o banco adquire alimentos dos produtores rurais e também o pescado dos pescadores artesanais. “Nós acompanhamos de perto o trabalho dos pescadores, por conta das questões sanitárias, assim temos certeza de que tudo está correto e seguindo critérios da Vigilância Sanitária”, conta Luciana Melo, gestora do Banco de Alimentos. O peixe adquirido dos pescadores não vai para a merenda escolar, somente para as entidades assistenciais cadastradas. Os produtos adquiridos via Programa de Aquisição de Alimentos são distribuídos para 49 entidades sociais e também doados às 10 entidades que distribuem “sopões”.



Publicação Litoral Sustentável

Além de tratar de temas como a compra direta do agricultor familiar em suas diferentes modalidades, como Programa de Aquisição de Alimentos Municipal (PAA), PAA Merenda, dos quais participam cerca de cem produtores, o Banco de Alimentos desenvolve o programa Itanhaém Sem Miséria. A iniciativa prevê uma busca ativa de grupos indígenas de Itanhaém e região, população ribeirinha, pescadores artesanais e quilombolas que estejam em situação de vulnerabilidade para receber os alimentos do BA e também desenvolver ações para promover a agricultura desses grupos.

Na alimentação escolar do município de Itanhaém são servidas, em média, 24 mil refeições por dia e é permitido repetir à vontade. No cardápio da merenda estão incluídas banana, inhame, couve e pupunha, itens da cultura alimentar regional. A prefeitura realiza a compra da agricultura familiar com 30% da verba que vem do Programa Nacional de Alimentação Escolar – do governo federal, por meio do Banco de Alimentos. Algumas escolas têm hortas, inclusive hidropônica.

Verba federal

O município de Itanhaém se destaca ao utilizar verba federal, do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate a Fome (MDS), para desenvolver os projetos, não onerando o orçamento municipal. “Quando eu entrei na Secretaria de Educação, eu recebi a missão de captar recursos para o município, então eu tinha que ver os editais e pensar os projetos que pudessem trazer recursos para o município implantar projetos”, conta Luciana Melo, gestora do Banco de Alimentos. Luciana tem formação em odontologia, mas não esconde a paixão pela área de segurança alimentar.

Valorização dos agricultores

O processo de valorização da área rural de Itanhaém começou há oito anos, no âmbito do Departamento de Agricultura – Seção de Agricultura e Abastecimento, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. De acordo com Odil Coccoza Vasquez Junior, diretor do departamento, com a demanda por alimentos, os produtores começaram a se organizar e ganhar autoestima. “Começamos um trabalho desde a implementação da coleta de lixo na área rural, regularização fundiária até a criação da Associação dos Produtores Rurais, Pescadores Artesanais, Aquicultores e Indígenas de Itanhaém e Região (AMIBRA) para poder comercializar com nota fiscal, tudo certo”, explica. Com a associação, os produtores podem fazer empréstimos para compras de equipamentos e outros investimentos na produção. Na avaliação de Vasquez, os agricultores passaram a acreditar no trabalho que realizam e confiar no poder público também. Com isso, a monocultura da banana deu espaço para a produção de diferentes verduras e legumes, além de frutas típicas da região.

O processo de compras diretas para os programas da Prefeitura acabou com o grande

Publicação Litoral Sustentável

entrave do pequeno produtor, que é como comercializar o que produz, e também com a figura do atravessador, que normalmente compra por preços bem abaixo do mercado.

Os agricultores familiares em Itanhaém vendem para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Além disso, entregam cerca de sete toneladas de produtos ao Banco de Alimentos.



Com isso, a monocultura da banana deu espaço para a produção de diferentes verduras e legumes, além de frutas típicas da região.

O processo de compras diretas para os programas da Prefeitura acabou com o grande entrave do pequeno produtor, que é como comercializar o que produz, e também com a figura do atravessador, que normalmente compra por preços bem abaixo do mercado.

Os agricultores familiares em Itanhaém vendem para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Além disso, entregam cerca de sete toneladas de produtos ao Banco de Alimentos.”¹

O Município de Itanhaém foi o primeiro colocado, em outubro de 2012, entre os Projetos de Agricultura Urbana e Periurbana selecionados para receber recursos do governo federal. O Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate a Fome (MDS) está investindo R\$ 11,1 milhões nesse programa, dos quais R\$ 2,6 milhões serão direcionados para Itanhaém.

Publicação Portal Brasil Sem Miséria

“Agricultores familiares de município paulista fazem sucesso com apoio do MDS

O resgate da área rural de Itanhaém, município no litoral paulista, é uma realidade. Os produtores não dependem mais dos atravessadores para comercializar; a produção fica na cidade, abastecendo a população, as escolas e a rede socioassistencial; as famílias conseguiram se erguer e investem na diversidade da produção.

Na cidade turística, antes conhecida pela produção de banana e pescado, pode-se ver a diversidade na área rural: frutas, legumes, palmito, couve, batata-doce. Segundo a gestora municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Luciana Melo, os programas do governo federal, em parceria com o município, têm incentivado os produtores. “O primeiro ganho foi investir na diversidade da produção; o segundo, deixar de ser invisível, passando a integrar a comunidade local; e o terceiro, financeiro, com o retorno pelo trabalho e a aquisição de bens.”

Os agricultores familiares em Itanhaém vendem para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Entregam cerca de sete toneladas de produtos ao Banco de Alimentos e vendem nas feiras populares montadas no pátio do estacionamento da prefeitura nos fins de semana e feriados, nas barracas de praia e em bairros afastados do centro.

Todas essas ações contam com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, gestora dos programas, e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, que faz a gestão compartilhada do programa de feiras populares. “Esses projetos do MDS têm um diferencial bacana por não só ajudar, mas dar dignidade, pois proporciona uma contrapartida produtiva”, defende a gestora municipal.

Itanhaém conta com três segmentos produtivos: agricultura, pesca e processados. São 180 pequenos produtores nos programas. Para a implantação das feiras, o MDS investiu R\$ 218,1 mil e a prefeitura deu a contrapartida de R\$ 19,8 mil.

Fernando de Souza Rodrigues participa de todos os programas. Ele é pescador e fornece para o PAA, comercializando o excedente na barraca da praia. “Antes não tinha lugar para manipular o peixe. Agora trabalho com bota, luva, jaleco, boné, touca, e ainda tenho caixas para armazenamento, balança e água.” Todo esse material e essa estrutura fazem parte do programa de feiras populares.

A professora de Educação Artística Kátia Akemi Unten deixou a escola para se tornar agricultora. Planta principalmente banana e palmito pupunha. Entrega a produção, geralmente às segundas-feiras, no Banco de Alimentos. Esses alimentos fazem parte das refeições de instituições socioassistenciais e da alimentação escolar por meio do PAA e do Pnae. O excedente, ela comercializa na feira popular, onde também vende pastel de palmito, bolo de

Publicação Brasil Sem Miséria

banana, vinagrete de palmito, doces de frutas e uma novidade: bolo de coquinho de palmito pupunha.

Vinda de uma família de agricultores, a ex-professora admite que sempre gostou da profissão dos pais, mas em um determinado período pensou em desistir. “Chegou um momento em que quase voltei a dar aulas. Investi no palmito e o dinheiro acabou. Desde março de 2011, com a feira, começou a entrar dinheiro para me sustentar.” Entre 70% e 80% do ganho dela vêm dos programas do governo. “Chego a comercializar R\$ 2 mil em dia de feira.”

MDS – “Fomentar a produção agrícola é a meta das ações do MDS”, afirma o diretor da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), João Tadeu Pereira. O governo federal apoia a produção, o beneficiamento e a comercialização da produção.

O público beneficiário são pobres e extremamente pobres inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O MDS repassa recursos por meio de projetos selecionados em edital público e o município ou estado adquire o necessário para atender a todas as etapas do processo.

Na produção, os pequenos produtores recebem insumos, mudas, flores, kits de irrigação, sementes. Para o beneficiamento, são adquiridos equipamentos para pequenas agroindústrias de processamento mínimo de hortaliças, produção de temperos, doces e compotas, entre outros. São máquinas que fazem polpa de frutas, higienização e embalagens.

Para a comercialização, os gestores instalam feiras permanentes e/ou itinerantes. Com apoio do governo federal, são adquiridas barracas, aventais, balanças, freezers, caixas, luvas e material de higienização. Essas feiras ampliam os sistemas locais de abastecimento de produtos saudáveis e ecológicos, valorizam a cultura e as tradições familiares, os padrões e costumes da população local, induzem a criação de marcas locais e incentivam o turismo.

Desde 2007, o MDS repassou mais de R\$ 28 milhões para a instalação de 222 feiras populares. Dessas, 167 estão em funcionamento e as demais em fase de implantação em diferentes regiões do país.

Além de melhorar a renda das famílias pobres e extremamente pobres, o apoio à agricultura ajuda a abastecer a rede de proteção social, que inclui lares de idosos, creches, Cozinhas Comunitárias e Restaurantes Populares. “Apoia a produção agroecológica e melhora a autoestima das famílias beneficiárias”, acrescenta João Tadeu.”¹

Adriana Scorza
Ascom/MDS

Publicação Portal da Prefeitura Municipal de Itanhaém

“Banco de Alimentos e Agricultura apresentam trabalho em Campinas e na Paraíba”

O Banco de Alimentos de Itanhaém está ganhando notoriedade em diversos locais pelo bom funcionamento e virando referência para outras cidades. O trabalho desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, por meio do Departamento de Agricultura, com os agricultores do Município, em parceria com o Banco de Alimentos, rendeu a participação em um seminário, em Campinas, e uma mesa de debates no município de Cuité, na Paraíba.

O objetivo foi compartilhar as experiências e os bons resultados obtidos em Itanhaém. No seminário “Perspectivas da Extensão Rural”, organizado pela Associação Paulista de Extensão Rural (Apaer), o Município expôs o pôster com o trabalho de desenvolvimento da área rural de Itanhaém. Também foram distribuídos alguns exemplares do livro “Feiras Gourmet”, idealizado por agricultores da Cidade.

Já em Cuité, foi realizado o evento “Segurança Alimentar e Nutricional no contexto das políticas públicas: O que temos para discutir? Em que podemos contribuir?”, na Universidade Federal de Campina Grande. Itanhaém foi convidado a participar da discussão devido aos bons resultados e mudanças na realidade da comunidade agrícola da população da Cidade.”¹



Publicação Jornal Comunitário

“Abertas as inscrições do I Seminário de Segurança Alimentar da Baixada Santista

As inscrições para o I Seminário de Segurança Alimentar e Geração de Renda da Baixada Santista já estão abertas e podem ser feitas até o dia 4 de julho pelo site da Prefeitura de



Itanhaém. O objetivo do encontro é discutir a compra direta do agricultor familiar em suas várias modalidades: PAA Municipal, PAA – Merenda Escolar, entre outros.

Durante o seminário, a partir das 9 horas, no Satélite Clube de Itanhaém, os palestrantes abordarão temas pertinentes ao cotidiano do agricultor familiar e gestores municipais como ‘Políticas públicas para a segurança alimentar: articulação entre o governo federal e os municípios’, ‘Organização social e segurança alimentar: o caso do município de Itanhaém’ e ‘Sistema Agroflorestal (SAF) e a soberania alimentar’.

O evento, que é dirigido às pessoas que participam de grupos que atuam nesta área, é promovido pela Prefeitura, em parceria com o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (CRDRS), Agência Metropolitana da Baixada Santista (Agem) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Extensão Rural (CATI), além do apoio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e o Conselho de Segurança Alimentar de São Paulo (CONSEA).”¹

Jornal Expresso Regional

“Itanhaém conta com R\$ 330 mil para custear projetos de caráter metropolitano em 2013

Da Reportagem

Mais de R\$ 5 milhões foram aprovados para o exercício de 2013 do plano de aplicação de recursos do Fundo Metropolitano, visando financiar projetos para as nove cidades da Baixada. Desse montante, Itanhaém tem reservada a quantia de R\$ 330,8 mil para o Poder Público Municipal financiar projetos de caráter metropolitano.

O plano de ação de metas foi anunciado na última terça-feira (26), na reunião ordinária do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista (Condesb), realizada na sede da Agência Metropolitana (Agem), em Santos.

Estes recursos poderão ser liberados para execução de obras e projetos de interesse metropolitano nas nove cidades. O diretor-executivo da Agem, Marcelo Bueno, participou de sua primeira reunião após assumir o cargo. Ele prometeu buscar uma maior aproximação dos municípios com o órgão, criando uma agenda positiva e destacando todos os projetos que estão sendo supervisionados.

As câmaras temáticas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Agropecuária fizeram apresentações consideradas produtivas, comprovando a evolução dos trabalhos que vêm sendo realizados nas reuniões mensais. Uma das palestras foi ministrada pela gestora do Banco de Alimentos da Prefeitura de Itanhaém, Luciana Melo, que falou sobre o projeto de processamento e pescado para alimentação escolar.

Estiveram presentes na reunião os prefeitos de Itanhaém, Marco Aurélio Gomes, de Peruíbe, Ana Preto (que preside atualmente o Condesb), de Bertioga, Mauro Orlandini, de Guarujá, Maria Antonieta de Brito, e de Santos, Paulo Alexandre Barbosa, além do secretário estadual de Desenvolvimento Metropolitano, Edmur Mesquita. Os municípios de Cubatão, Mongaguá, São Vicente e Praia Grande enviaram representantes. A próxima reunião será dia 23 de abril, em Itanhaém.”¹



Publicação Portal da Prefeitura Municipal de Itanhaém

“Banco de Alimentos ultrapassa a marca de mais de uma tonelada diária de alimentos

O Banco de Alimentos de Itanhaém, existente desde 2007, acaba de ultrapassar a marca de uma tonelada na arrecadação diária de alimentos, com a parceria de redes alimentícias. O programa está recebendo a adesão dos supermercados Cuca, de Mongaguá e Peruíbe, somando-se a contribuição da empresa de Itanhaém.

A iniciativa ajuda a combater o desperdício de alimentos, através do acondicionamento e embalagem, supervisionados por profissionais da área de nutrição, a fim de distribuir às famílias e entidades cadastradas.

“O sucesso se deve a credibilidade e a consolidação do papel do Banco no combate ao desperdício, firmando-se como referência e liderança na Baixada Santista, executando o PAA Municipal, PAA – Merenda Escolar, Pescado, Feiras Populares, todos em parceria com o Banco de Alimentos”, ressalta a gestora Luciana Melo.”¹



Publicação Portal da Prefeitura Municipal de Itanhaém

“Banco de Alimentos recebe Oficina do Programa de Aquisição de Alimentos

O Banco de Alimentos realizou nesta terça-feira (25), no Centro Municipal Tecnológico de Educação Cultura e Esportes (CMTECE) a Oficina de Diagnóstico Participativo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O encontro reuniu representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e entidades socioassistenciais do Município.

A oficina que foi ministrada pela Consultora de Segurança Alimentar, Pink Bengaly, e a Coordenadora do PAA Municipal, Mariângela Davis, ambas representantes Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), teve o objetivo de discutir noções gerais sobre o PAA, logística de recebimento dos alimentos, relação oferta e demanda dos alimentos, resultados obtidos da melhoria da alimentação fornecida pela entidade e o papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, responsável pelo acompanhamento do PAA.



A oficina oferece subsídios à Coordenação para a implementação de ações de correção e qualificação dos instrumentos normativos da modalidade. “O PAA é responsável pela compra dos alimentos e o repasse para o Banco de Alimentos de Itanhaém. Um dos pontos positivo foi perceber o aumento na qualidade dos produtos enviados pelos agricultores do Município”, ressalta Pink.

Cabe ao Conselho Municipal verificar a validação do processo de seleção dos beneficiários do programa. É responsável também pelo controle social do PAA, o acompanhamento do programa e o reporte de eventuais irregularidades nos processos de seleção de beneficiários às instâncias de controle social superiores, ao MDS e aos órgãos públicos de fiscalização.”¹

Publicação Portal da Prefeitura Municipal de Itanhaém

“Seminário discute segurança alimentar e geração de renda

Políticas públicas para a segurança alimentar e articulação entre o Governo federal e os municípios foram alguns dos temas apresentados no ‘I Seminário de Segurança Alimentar e Geração de Renda da Baixada Santista’, realizado nesta quarta-feira (4), no salão social do Satélite Esporte Clube de Itanhaém.

Os palestrantes convidados discutiram sobre a compra direta do agricultor familiar



em suas várias modalidades, como ‘PAA Municipal’, ‘PAA – Merenda’, ‘Organização social e segurança alimentar: o caso do município de Itanhaém’, ‘Sistema Agroflorestal (SAF)’, entre outros.

A gestora do Banco de Alimentos, Luciana Melo, aproveitou o encontro para apresentar aos agricultores e gestores municipais o programa ‘Itanhaém Sem Miséria’, desenvolvido para promover ações direcionadas à agricultura. “Estamos trabalhando a questão do processamento da pesca e geração de renda. O segredo de um bom resultado chama-se dignidade”.

Na abertura, o prefeito João Carlos Forssell destacou a importância dos trabalhos desenvolvidos no Município. “É com uma equipe preparada que o Governo sai na frente. Hoje temos a Feira da Agricultura Familiar – Feiras Populares, onde o agricultor tem a oportunidade de vender o alimento direto para o consumidor”.

O evento, que é dirigido às pessoas que participam de grupos que atuam nesta área, é promovido pela Prefeitura de Itanhaém, em parceria com o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (CRDRS), Agência Metropolitana da Baixada Santista (Agem) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Extensão Rural (CATI), além do apoio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e o Conselho de Segurança Alimentar de São Paulo (CONSEA).¹



Agricultura ajuda no crescimento da economia do Município

A agricultura também está presente em Itanhaém. Há diversas plantações de produtos variados em toda a área rural da Cidade, além da criação de búfalos. A maior parte da agricultura está concentrada na Microbacia Hidrográfica do Rio Branco, onde é possível se deparar com pés de banana e palmito, mas também há o plantio de maracujá, batata-doce, chuchu, berinjela, tomate-cereja, além da horticultura, como alface e couve.

Os produtos são vendidos na Feira do Agri-

cultor e para a Prefeitura, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma parceria entre a Prefeitura e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. No programa, o agricultor familiar recebe pelos produtos vendidos, os quais são distribuídos para famílias que estão em situação de insegurança alimentar, e entidades assistenciais, através do Banco de Alimentos existente no Município. Os produtos também são utilizados na merenda escolar.

SEMINÁRIOS E EVENTOS

Oficinas Sobre Avaliação dos Bancos de Alimentos no Brasil

Oficina sobre Avaliação dos Bancos de Alimentos no Brasil

12/07/2011 - TERÇA-FEIRA

9h00 - Abertura – Secretária Maya Takagi – SESAN/MDS:

Apresentação dos participantes

Proposta e objetivos da Oficina Técnica

9h30 - Mesa de Experiências:

Pontos a serem priorizados na apresentação de 20 minutos cada:

Infraestrutura operacional - Abrangência e Alcance do Programa (Nº de Unidades /Estado e

Rede Logística disponível, Nº e perfil das Entidades atendidas e pessoas beneficiadas, Quantidade e tipos de gêneros manipulados)

Fluxos de serviços – Da articulação com Doadores à Doação

Custos de operacionalização do Programa

Critérios para cadastramento e atendimento das Entidades Sociais

Atividades de Formação (Nº e perfil de pessoas capacitadas)

- Rede Metropolitana de Bancos de Alimentos de Belo Horizonte - Banco de Alimentos de Contagem – Ceasa/MG - Leonardo Purri

- Rede Empresarial Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul – Rede Privada – Paulo Renê

- ONG Banco de Alimentos São Paulo – Sociedade Civil – Valter Belik

- Banco de Alimentos de Santo André – Banco Municipal – Patricia Veras

- Banco de Alimentos apoiado pela rede SESC MESA Brasil

11h30 - Debatedores – 15 minutos cada:

Professor Altivo Almeida Cunha (UFMG)

Luciana Melo – Banco de Alimentos de Itanhaém/SP

Maria José Lima (Lita) – Segurança Alimentar de Diadema/SP

Carlos Henrique Pantusa – Banco de Alimentos de Belo Horizonte/MG

14h00 – Continuidade do debate da manhã

16:00h - propostas e encaminhamentos em torno dos seguintes pontos:

- Os Bancos de Alimentos e o desperdício no campo, no transporte de mercadorias, nas Ceasas, na rede varejista e no consumo doméstico;

- Os Bancos de Alimentos como equipamento multifuncional de abastecimento alimentar que contribua para a construção e consolidação do Sistema Local de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), garantindo o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) junto a Rede de Proteção Social (RPS);

- A articulação dos Bancos de Alimentos em Regiões Metropolitanas junto a rede Ceasa;

- Construção de uma Rede Institucional dos Bancos de Alimentos que envolva MDS, SESC, ONGs, Gestores Locais, empresas.

17h30 - Encerramento



SEMINÁRIOS E EVENTOS

I Seminário Metropolitano de Segurança Alimentar e Geração de Renda

I SEMINÁRIO METROPOLITANO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E GERAÇÃO DE RENDA
BAIXADA SANTISTA | ITANHAÉM 2012

A Prefeitura de Itanhaém convida para participar do
I SEMINÁRIO METROPOLITANO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E GERAÇÃO DE RENDA DA BAIXADA SANTISTA

4 de julho | A partir das 8h

SATÉLITE ESPORTE CLUBE
Rua Emídio de Souza, 137 - Satélite

PREFEITURA MUNICIPAL DE **ITANHAÉM** 480 ANOS

I SEMINÁRIO METROPOLITANO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E GERAÇÃO DE RENDA
BAIXADA SANTISTA | ITANHAÉM 2012

4 DE JULHO
SATÉLITE ESPORTE CLUBE

PROGRAMAÇÃO

- 8h CREDENCIAMENTO**
- 8h30 MESA DE ABERTURA**
Lançamento do Brasil Sem Miséria - Itanhaém
Entrega dos selos do Banco de Alimentos aos doadores parceiros
- 9h PALESTRA**
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR: ARTICULAÇÃO ENTRE O GOVERNO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS
Palestrante: Elenita Correia da Silva
Coordenadora Geral de Sistemas Locais de Abastecimento Alimentar da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- 9h45 PALESTRA**
PROGRAMA PAULISTA DA AGRICULTURA DE INTERESSE SOCIAL (PPAIS): OBJETIVOS E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO
Palestrante: Renata Vieira de Miranda Cunha
Analista de Desenvolvimento Agrário da Fundação ITESP
Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo
- 10h30 COFFEE BREAK**
- 11h PALESTRA**
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITANHAÉM
Palestrante: Luciana de Melo Costa
Gestora do Banco de Alimentos de Itanhaém
Palestrante: Odil Cocozza Vasquez
Presidente da Associação dos Produtores Rurais de Itanhaém
- 11h45 MESA REDONDA COM OS TRÊS PALESTRANTES DA MANHÃ**
- 12h30 ALMOÇO**
- 14h PALESTRA**
"HORTAS NAS ESCOLAS": ASPECTOS TÉCNICOS, PEDAGÓGICOS E RESULTADOS NA BAIXADA SANTISTA
Palestrante: Claudimir Jorge
Extensionista da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral CATI/CA Santos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
Palestrante: Paulo Marco
Engenheiro Agrônomo da Prefeitura de Santos
- 15h PALESTRA**
SISTEMA AGROFLORESTAL (SAF) E A SOBERANIA ALIMENTAR
Palestrante: Osmar Mosca Diz
Engenheiro Agrônomo da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI/Divisão de Extensão Rural
- 16h DEBATE**
QUAIS SÃO AS AÇÕES QUE O PODER PÚBLICO DEVERIA IMPLEMENTAR PARA ALIMENTAR A SEGURANÇA ALIMENTAR COM A GERAÇÃO DE RENDA?
* Grupo de Indígenas
Moderador Osmar Mosca Diz
CATI
* Grupo dos Agricultores, pescadores e artesãos
Moderador Fernando Gonçalves
Oceanógrafo da Prefeitura Municipal de Mongaguá
- 17h APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

COMO CHEGAR



INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

Banco de Alimentos
Luciana Melo
(13) 3421-1802 | E-mail: b.alimentos@hotmail.com

Departamento de Agricultura
Odil Júnior
(13) 3421-1657 | E-mail: odil.vasques@gmail.com

PARA SE INSCREVER, ACESSE O SITE:
[HTTP://WWW.ITANHAEM.SP.GOV.BR/FICHA_CADASTRO/SEMINARIO.HTML](http://www.itanhaem.sp.gov.br/ficha_cadastro/seminario.html)

REALIZAÇÃO



APOIO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA (AGEM)
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRES DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP)
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA E INDÍGENA (CPPNI)
CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (CONSEA/SP)
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA (CONDERS)
SATÉLITE ESPORTE CLUBE

SEMINÁRIOS E EVENTOS

I Seminário Metropolitano de Segurança Alimentar e Geração de Renda



Mesa de abertura do I Seminário Metropolitano de Segurança Alimentar e Geração de Renda da Baixada Santista, que contou com a participação de mais de 200 pessoas e apoio da CATI, ICA e AGEM.

Durante o Seminário o público presente pode conferir os produtos vendidos na Feira Popular de Itanhaém nas diversas barracas espalhadas pelo auditório.



Elenita Correia da Silva, Coordenadora Geral de Sistemas Locais de Abastecimento Alimentar do MDS.

SEMINÁRIOS E EVENTOS

Oficina Técnica de Agricultoras, Supervisores, Diretores e Coordenadores de Escola



A Professora e Mestre Vanile Pessoa da Universidade Federal da Paraíba coordena a Oficina que contou com a participação de mais de 50 pessoas no dia 26/04/2013 no período da tarde.



SEMINÁRIOS E EVENTOS

VI Festival Universitário de Cuité.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE**

Cuité, 07 de agosto de 2013.

Ilustríssima Senhora Secretária de Educação de Itanhaém

Primeiramente gostaria de cumprimentá-la por todas as conquistas alcançadas à frente desta Secretaria e por destacar Itanhaém no cenário nacional em relação ao desenvolvimento de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Utilizo-me do presente documento para convidar a profissional **Luciana de Melo Costa** para participar como debatedora do Ciclo de Debates intitulado "Segurança alimentar e nutricional no contexto das políticas públicas – o que temos para discutir? Em que podemos contribuir?" que compõe a Programação Acadêmica do VI Festival Universitário de Cuité.

O Festival Universitário de Inverno este ano tem como tema "Universidade e sociedade: cidadania, desenvolvimento e qualidade de vida" e contará com vasta programação acadêmica e cultural, se mostrando como uma oportunidade de compartilhar e construir saberes. A presença da Luciana Melo muito orgulha a Comissão de Organização deste evento.

Além da participação no Festival a profissional desta secretaria está sendo convidada para participar de uma reunião com os gestores municipais de Cuité, com o intuito de contribuir com as discussões relacionadas às Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional local e relatar a experiência vivenciada em Itanhaém.

A participação da profissional convidada se dará entre os dias 22 e 25 de agosto de 2013.

Aproveito a oportunidade para manifestar os mais elevados protestos de alta estima e apreço, permanecendo no aguardo de breve retorno quanto ao assunto em pauta.

Atenciosamente,

Professora Ms. Vanille Valério Barbosa Pessoa
Coordenadora da Comissão de Extensão do VI Festival Universitário de Inverno

Sra. **LUCI CRISTINA ZANELLA BAENA FERNANDES CHARIF**
Secretária de Educação, Cultura e Esportes
Prefeitura Municipal de Itanhaém - SP

SEMINÁRIOS E EVENTOS

VI Festival Universitário de Cuité

VI Festival Universitário de Inverno
Universidade e Sociedade: Cidadania, desenvolvimento e qualidade de vida

Ciclismo Palestras Música
Trilhas Mini cursos Teatro
Orientações de Saúde Exposições

De 17 a 25 de agosto
Cuité-PB

Ano 2013



*Luciana Melo,
Gestora de SAN de
Itanhaém, partici-
pa do VI Festival
de Inverno Uni-
versitário de Cuité
palestrando sobre
as experiências
bem sucedidas de
Itanhaém.*

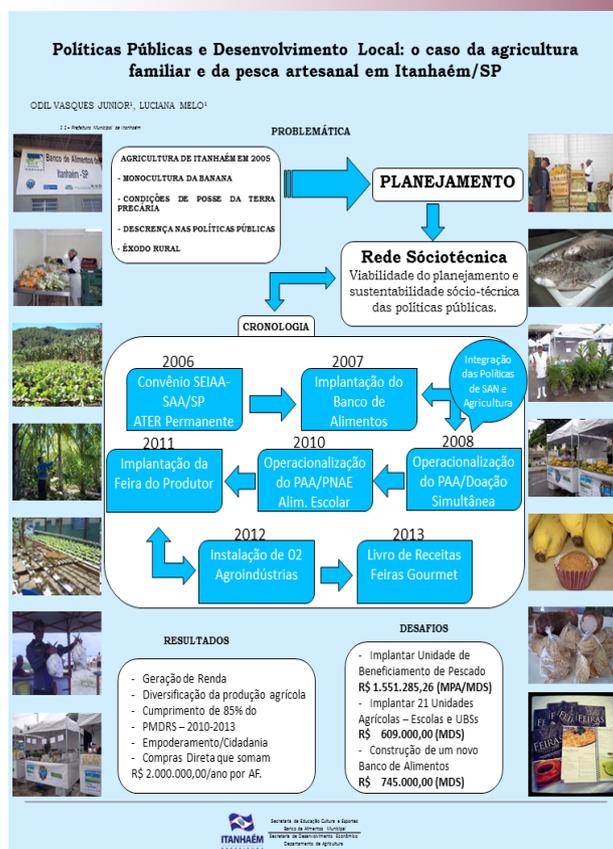
SEMINÁRIOS E EVENTOS

Seminário Perspectivas da Extensão Rural - APAER

O Seminário realizado pela APAER em Campinas nos dias 18 e 19 de setembro reuniu mais de 200 pessoas, entre profissionais de extensão rural, servidores, agricultores, pescadores e indígenas. Com o objetivo de discutir o estágio atual da extensão rural no estado de São Paulo e construir uma nova política pública de extensão para os próximos anos, a APAER convidou diversos Municípios e órgãos do Estado para divulgarem os trabalhos bem sucedidos.



Itanhaém, foi um dos municípios convidados e apresentou um pôster resumindo as ações desenvolvidas no Município, entre elas o Projeto Feiras Populares. Durante o evento foram distribuídos alguns exemplares do livro Feiras Gourmet.



Pôster apresentada no Seminário da APAER - Associação Paulista de Extensão Rural - ilustrando a evolução das políticas de SAN e Agricultura em Itanhaém

Eu trabalho há 30 anos nos municípios da Baixada Santista como extensionista da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento. Os projetos e ações que participei ao longo do tempo tinham como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar e da pesca artesanal por meio da organização e geração de renda. Trata-se de um desafio complexo que pode ser superado somente com o engajamento das três esferas do poder executivo na execução de um projeto elaborado de forma participativa que valorize o desenvolvimento local. Essa tarefa não é simples, pois diferentes fatores agem como determinantes para se obter sucesso. Porém, o fator de maior peso é a capacidade de mobilização, elaboração e execução da Prefeitura. A experiência mais expressiva que testemunhei quanto aos resultados positivos ocorre em Itanhaém. Atualmente este município é uma referência para a Baixada Santista e municípios de outras regiões quanto à elaboração e execução de projetos que promovem o desenvolvimento local. O principal deles é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O governo municipal teve a competência de mobilizar agricultores familiares, pescadores artesanais e entidades assistenciais para elaborar e executar de forma participativa aspectos metodológicos do programa. Além disso, independente de posições de cunho político-partidário, interagiu com o governo federal para a implantação do PAA e teve apoio de órgãos do governo estadual. Os resultados obtidos são geração de renda, organização da sociedade, promoção da segurança alimentar e, conseqüentemente, desenvolvimento local. Para os agricultores e pescadores, houve manutenção e criação de postos de trabalho, melhoria na qualidade de vida e aumento da autoestima. Para a população de Itanhaém em estado de vulnerabilidade, houve melhoria da alimentação e nutrição. Programas como este que é realizado pela Prefeitura de Itanhaém, são recomendados para todos os municípios pela Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura (FAO).

Dr Newton José Rodrigues da Silva - Extensionista da CATI/SAA - Consultor da FAO

A participação da Prefeitura de Itanhaém deu uma nova e importante abordagem ao PAA, pois não apenas propiciou a aquisição de alimentos, como impulsionou toda a cadeia produtiva de diversos produtos agrícolas oriundos da Agricultura Familiar, que vinham se mantendo com dificuldades na cidade.

O PAA na forma como foi concebida e vem sendo executada pela Prefeitura de Itanhaém, impulsionou outra iniciativa importante: a estruturação de uma Unidade de Beneficiamento do Pescado, visando fomentar a inserção do pescado na alimentação escolar! Esta iniciativa, a exemplo da aquisição de produtos agrícolas, também irá propiciar a aquisição de pescado do Pescador Artesanal, estimulando situações que visam organizar este segmento e garantir a renda deste Pescador Artesanal ao mesmo tempo que irá propiciar a obtenção de pescado para sua utilização na alimentação escolar. A Unidade irá processar este pescado para obtenção de Carne Mecanicamente Separada, utilizando uma tecnologia de processamento de pescado que permite obter um produto prático e isento de espinhas, escamas e pele, para o preparo de diversos pratos. Assim, o PAA, na Prefeitura de Itanhaém, através de uma gestão séria e comprometida ganhou uma dimensão jamais vista! Só temos que parabenizar a Prefeitura e agradecer seu empenho em transformar a realidade local!

Dra. Rúbia Tomita - Diretor Técnico LTP - Instituto de Pesca/SAA - Santos

DEPOIMENTOS

O PAA trouxe um novo alento . a pesca aqui estava esquecida e a nossa luta diária muito complicada. Hoje temos mais garantias com as vendas ao Banco de Alimentos para o PAA e estamos conseguindo até melhorar nossa condição de vida e de trabalho.

Adriana Ferreira - Pescadora Artesanal

O PAA trouxe tudo de bom pro agricultor , agora temos venda fixa onde posso contar que a minha mercadoria é entregue todo ano com um bom preço garantido , participo desde 2008 e só me trouxe melhor ganho.

Alci Lima de Oliveira - Agricultor Familiar

A iniciativa contribui para que a agricultura familiar se organize cada vez mais e qualifique suas ações comerciais. Para quem adquire esses produtos, o resultado é mais qualidade da alimentação a ser servida, manutenção e apropriação de hábitos alimentares saudáveis e mais desenvolvimento local de forma sustentável.

Conceição Aparecida Pereira - Agricultora Familiar

O PAA, para mim como agricultora, tem uma grande importância social e financeira. Saber que meus produtos agrícolas alimentam várias famílias que precisam desta ajuda me traz muita satisfação em poder ajudar de alguma forma. E a importância financeira pois, ter certeza da venda do meu produto com preço justo, me dá mais ânimo para produzir cada vez mais!

Kátia Akemi Unten Sasahara - Agricultora Familiar

LEI Nº 3.418, DE 17 DE ABRIL DE 2008

“Institui o Programa Banco de Alimentos de Itanhaém, e dá outras providências.”

JOÃO CARLOS FORSELL, Prefeito Municipal de Itanhaém,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Itanhaém aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Itanhaém, o Programa Banco de Alimentos de Itanhaém, objetivando o combate à fome e ao desperdício por meio da arrecadação e captação de doações de alimentos para distribuição, diretamente ou através de entidades assistenciais sem fins lucrativos, previamente cadastradas, a pessoas ou famílias em estado de vulnerabilidade alimentar.

Art. 2º - O Programa Banco de Alimentos poderá receber doações:

I - de toda espécie de alimentos, industrializados ou não, que por qualquer razão tenham perdido sua condição de comercialização sem, no entanto, terem tido alteradas as propriedades que garantam condições plenas e seguras para o consumo humano e sem nenhuma restrição de caráter sanitário;

II - em dinheiro, que será destinado à aquisição de alimentos e/ou equipamentos para a ampliação da capacidade de atendimento do Programa;

III - de serviços e materiais ligados à coleta, transporte, classificação e embalagem de alimentos.

Parágrafo único - O Programa Banco de Alimentos poderá receber em doação os produtos alimentícios apreendidos pela ação de fiscalização, desde que atendidos os requisitos previstos no inciso I deste artigo.

Art. 3º - Poderão participar do Programa, como doadores, pessoas físicas ou jurídicas, estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços ligados à produção e comercialização de alimentos e refeições e ao transporte, classificação e embalagem de produtos alimentícios, órgãos ou instituições públicas ou privadas, entidades não-governamentais e outros.

Art. 4º - Os alimentos doados ao Programa serão distribuídos gratuitamente a pessoas ou famílias em estado de vulnerabilidade alimentar, diretamente ou por meio de entidades assistenciais sem fins lucrativos, previamente cadastradas junto à coordenação do Programa, na forma a ser definida no regulamento da presente lei.

MARCOS REGULATÓRIOS

Art. 5º - O Programa será coordenado e operacionalizado pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, à qual incumbirá:

I - a indicação dos técnicos que comporão as equipes de coordenação e de operacionalização do Programa;

II - a coleta, seleção, acondicionamento, armazenamento e distribuição dos alimentos doados;

III - instituir e manter atualizado o sistema de registro e controle das doações recebidas;

IV - realizar cursos, palestras, seminários e encontros versando sobre temas concernentes à área de segurança alimentar e à difusão de técnicas de redução de desperdício e aproveitamento integral de alimentos;

V - promover a realização de campanhas de esclarecimento e estímulo à doação, redução de desperdício e aproveitamento integral de alimentos;

VI - realizar visitas periódicas às entidades assistenciais beneficiárias do Programa, para verificação de suas instalações, avaliação das condições de atendimento e se os produtos alimentícios distribuídos estão sendo utilizados da maneira e no tempo corretos;

VII - atuar permanentemente como captadora de doações de alimentos;

VIII - assegurar os recursos humanos e materiais necessários à plena consecução dos objetivos do Programa.

Art. 6º - Os equipamentos e materiais permanentes doados ao Programa Banco de Alimentos de Itanhaém serão incorporados ao patrimônio público municipal, ficando vinculada a utilização desses bens exclusivamente às atividades do Programa.

Art. 7º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itanhaém, em 17 de abril de 2008.

JOÃO CARLOS FORSELL
Prefeito Municipal



MA	VITÓRIA DO MEARIM	2112902	69	176	307.482,46	40%	40%	5%
MA	PIO XII	2108702	625	67	216.854,08	40%	40%	5%
MG	ACUCENA	3100500	27	19	117.607,05	40%	40%	5%
MG	CONTAGEM	3118601	350	47	1.575.000,00	40%	40%	5%
MG	GAMELEIRAS	3127339	72	24	145.033,20	40%	40%	5%
MG	JANAUBA	3135100	102	78	455.449,49	40%	40%	5%
MG	PEDRA AZUL	3148707	37	31	177.304,95	40%	40%	5%
MG	UBA	3169901	151	36	660.675,50	40%	40%	5%
MG	BIENOPOLIS	3109204	27	8	117.607,05	40%	40%	5%
MG	MONTES CLAROS	3143302	465	156	2.092.500,00	40%	40%	5%
MG	PONTE NOVA	3152105	68	46	373.488,38	40%	40%	5%
MS	CAMPO GRANDE	5002704	400	121	1.800.000,00	40%	40%	5%
PA	SANTAREM	1506807	460	52	2.070.000,00	40%	40%	5%
PB	CAJAZEIRAS	2503704	332	55	431.506,82	40%	40%	5%
PB	POMBAL	2512101	61	18	272.112,98	40%	40%	5%
PB	JUNCO DO SERIDÓ	2507804	20	11	70.000,00	40%	40%	5%
PE	SERRA TALHADA	2613909	149	30	667.051,04	40%	40%	5%
PE	IPUBI	2607307	63	8	279.785,00	40%	40%	5%
RJ	MESQUITA	3302858	27	10	100.000,00	40%	40%	5%
RN	SANTO ANTONIO	2411502	344	26	207.577,86	40%	40%	5%
RS	LIBERATO SALZANO	4311601	59	1	92.000,00	40%	40%	5%
RS	ERVAL SECO	4307302	28	4	120.000,00	40%	40%	5%
RS	ENTRE IJUIS	4306932	58	6	121.176,00	40%	40%	5%
SC	CHAPECO	4204202	505	107	650.000,00	40%	40%	5%
SP	GUARULHOS	3518800	250	120	1.125.000,00	40%	40%	5%
SP	RIO CLARO	3543907	100	1	450.000,00	40%	40%	5%
SP	SUZANO	3552502	150	53	675.000,00	40%	40%	5%
SP	ITANHAEM	3522109	132	152	589.515,18	40%	40%	5%
TO	ARAQUAÍNA	1702109	233	97	1.045.833,70	40%	40%	5%
Total								
					27.760.848,54			

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 147, DE 10 DE JULHO DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da Regulamentação Metrologia aprovada pela Resolução nº 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrologico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994, e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 52600.008782/2013, apresentados por Toledo do Brasil Indústria de Balanças Ltda., resolve:

Incluir na Portaria Inmetro/Dimel nº 123/1997 a família de modelos 900i, de instrumento de pesagem não automático, eletrônico, digital, classe de exatidão III marca TOLEDO, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no site do Inmetro: <http://www.inmetro.gov.br/pam/>

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 148, DE 10 DE JULHO DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da Regulamentação Metrologia aprovada pela Resolução nº 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrologico de esfigmomanômetros eletrônicos digitais de medição não invasiva, aprovado pela Portaria Inmetro nº 096/2008, resolve:

Aprovar o modelo 90207deesfigmomanometreletronico digital destinado à medição não invasiva da pressão arterial humana, marca SPACELABS HEALTHCARE, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no site do Inmetro: <http://www.inmetro.gov.br/pam/>

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 149, DE 10 DE JULHO DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da Regulamentação Metrologia aprovada pela Resolução nº 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrologico para medidores de gases de exaustão veicular, aprovado pela Portaria Inmetro nº 155/2005, e considerando o Art. 2º da Portaria Inmetro nº 327/2008, resolve:

Aprovar, com restrição referente ao prazo de validade, o modelo CAP3201 de medidor de gases de exaustão veicular, marca CAPELEC, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no site do Inmetro: <http://www.inmetro.gov.br/pam/>

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 337, DE 10 DE JULHO DE 2013

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - Inmetro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto nos incisos II e III do artigo 3º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, alterada pela Lei 12.545, de 14 de dezembro de 2011, no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental do Inmetro, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007 e alterações do Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, e pela alínea "a" do subitem 4.1 da Regulamentação Metrologia aprovada pela Resolução nº 11, de 12 de outubro de 1988, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Conmetro, resolve:

Considerando que o Inmetro deve, quando aplicável, criar comissões técnicas no âmbito da Diretoria de Metrologia Legal, constituídas por entidades representativas das partes interessadas na regulamentação técnica metrologica e nas atividades do controle metrologico legal, para propor mecanismos efetivos de operacionalização, implementação, melhoria e transparência das atividades relativas aos temas em questão;

Considerando a necessidade de estabelecer o regimento interno dessas comissões técnicas que assessoram o Inmetro, a fim de ampliar a participação dos segmentos da sociedade interessados nas atividades de regulamentação técnica metrologica e controle metrologico legal, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno das Comissões Técnicas de Metrologia Legal, disponibilizado no site www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Diretoria de Metrologia Legal - Dimel
Divisão de Articulação e Regulamentação Técnica Metrologica - Diart

Av. Nossa Senhora das Graças, 50 - Xerém
CEP 25.250-020 - Duque de Caxias - RJ
FAX: (021) 2679 9123 / (021) 2679 9547
E-mail: diart@inmetro.gov.br

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

PORTARIA Nº 338, DE 10 DE JULHO DE 2013

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea i do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro nº 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para compor comissões técnicas para o desenvolvimento de instrumentos efetivos de operacionalização de Programas de Avaliação da Conformidade;

Considerando a Portaria Inmetro nº 76, de 28 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 01 de fevereiro de 2011, seção 1, páginas 172 e 173, que aprova a primeira revisão do Regimento Interno das Comissões Técnicas para assessorar o Inmetro no desenvolvimento destes Programas;

Considerando a necessidade de atualização da Comissão Técnica para "Dispositivos de Retenção para Crianças" criada pela Portaria Inmetro nº 77 de 31 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2006, seção 01, página 91, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Revisar a composição da Comissão Técnica "Dispositivos de Retenção para Crianças", conforme abaixo:

I. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro;

a) Coordenação Geral de Acreditação - Cgcre;

b) Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf;

c) Diretoria de Metrologia Científica e Industrial - Dimci;

d) Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - RBMLQ-I;

II Associação Brasileira de Artigos de Puericultura - Abra-pur;

III Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - Proteste;

IV Associação Brasileira de Medicina de Tráfego - Abra-met;

V Associação Brasileira de Organismos de Certificação - Abroc;

VI Departamento Nacional de Trânsito - Denatran;

VII Faculdade de Engenharia Mecânica - FEM/Unicamp;

VIII Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo - Fecomércio SP;

IX. Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon - SP;

X. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC;

XI. ONG Criança Segura Safe Kids Brasil; e

XII. Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP.

Parágrafo Único - Cada uma das instituições supramencionadas deverá ser representada por um titular e um suplente, conforme estabelecido no Regimento Interno das Comissões Técnicas.

Art. 2º Estabelecer que a Comissão Técnica ora revisada tem como objetivo propor instrumentos efetivos de operacionalização, implementação e melhoria das atividades relativas ao Programa de Avaliação da Conformidade para Dispositivos de Retenção para Crianças.

Art. 3º Revogar a Portaria Inmetro nº 77/2006.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

PORTARIA Nº 339, DE 10 DE JULHO DE 2013

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007;



Prefeitura Municipal de Itanhaém
Estância Balneária
Estado de São Paulo

PORTARIA D.A. Nº 09/2008

JOÃO CARLOS FORSELL, Prefeito Municipal de Itanhaém, usando das atribuições que a lei lhe confere,

RESOLVE:

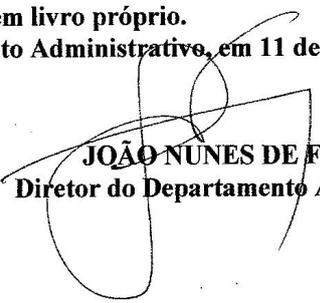
DESIGNAR as servidoras **LUCIANA DE MELO COSTA**, Assessora Técnica de Gabinete, **LUCIANA FREITAS RODRIGUES**, Assessora de Secretaria, **MARISTELA URAGUCHI**, Nutricionista e **MARIA ODILA DOMINGUES**, Assistente Social, para compor a Equipe Técnica Local responsável pela elaboração e execução das atividades de Segurança Alimentar e Nutricional do Município.

Registre-se, dê-se ciência e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Itanhaém, em 11 de março de 2008.


JOÃO CARLOS FORSELL
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio.
Departamento Administrativo, em 11 de março de 2008.


JOÃO NUNES DE FREITAS
Diretor do Departamento Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAÉM

Estância Balneária
Estado de São Paulo

Instrução Normativa

“Institui a Normatização e Classificação da Banana a ser utilizada no fornecimento à Alimentação Escolar”

Art 1º Em face da garantia da qualidade dos produtos destinados à alimentação escolar;

Art 2º Em cumprimento às Normas de Classificação do Programa Brasileiro para Modernização da Horticultura & Produção Integrada de Frutas: Normas de Classificação de Banana. São Paulo: CEAGESP, 2006. (documentos, 29), a qual, passamos a adotar como Norma Classificatória, instruímos:

Art 3º O padrão da banana Cavendish, a ser utilizada no fornecimento à alimentação escolar, deverá:

I – Se enquadrar na classe 15, onde o comprimento deve ser maior igual do que 15 (quinze) e menor igual do que 18 (dezoito) centímetros.

II – Se enquadrar na subclasse 3, apresentando uma coloração mais verde do que amarelo, sendo tolerada a presença de 5% de unidades de apresentação fora da subclasse especificada.

III – Quanto ao calibre, se enquadrar na categoria extra, sendo exigido um calibre de 32 milímetros de diâmetro.

Art 4º As bananas deverão ser entregues em caixas plásticas devidamente identificadas com rótulo de no mínimo 15 (quinze) centímetros de altura e 8,5 (oito e meio) centímetros de largura devendo conter, obrigatoriamente, as seguintes informações, além dos constantes no artigo anterior:

I – Nome do Produtor;

II – Nome do Climatizador;

III – Endereço da propriedade;

IV – Inscrição de Produtor Rural (CNPJ);

V – Data da embalagem;

VI – Peso líquido;

VII – Número de lote;

VIII – Código de barra, sendo esse item o único opcional.

Art 5º As bananas que apresentarem defeitos graves deverão ser descartadas e inutilizadas.

Art 6º Para efeito do artigo anterior são considerados defeitos graves: ponta de charuto, podridão, amassado, dano por sol, dano profundo, passado, maturação precoce, traça, injúria grave por frio, empedramento do fruto e imaturo.

Art 7º O Departamento de Agricultura e Pesca será responsável por orientar e fiscalizar os agricultores e classificar a banana de acordo com a norma.

Itanhaém , 20 Agosto de 2010.

CHAMADAS PÚBLICAS

Chamada Pública n.º 002 /2010 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – modalidade Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea Municipal – PAA Municipal, com dispensa de licitação, para doação a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme disposto pelo art. 19 da Lei n.º 10.696/2003 e pelo Convênio n.º 052 /2010-SESAN

A Prefeitura Municipal de Itanhaém pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Washington Luiz Nº 75 - Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 46.578.498/0001-75, representado neste ato pelo Prefeito, João Carlos Forssell, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art.19 da Lei 10.696/2003, e no Termo de Convênio n.º 052/2010 - SESAN, vem, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, incluídas suas organizações econômicas – cooperativas e associações, destinados ao abastecimento alimentar municipal, no período de Outubro /2010 á Junho de 2012.

1. Objeto

O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e de suas organizações econômicas – cooperativas e associações, para doação a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, atendidas pelo Programa de Aquisição de Alimentos – modalidade Compra para Doação Simultânea Municipal, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo.

2. Agricultores Familiares Elegíveis

2.1 Serão aceitas propostas de agricultores familiares individuais, grupos formais e informais de agricultores familiares enquadrados no PRONAF.

2.2 Em caso de insuficiência dos recursos financeiros disponíveis para aquisição de alimentos de todos os agricultores familiares proponentes, serão utilizados os critérios de priorização especificados no Anexo IV deste edital.

3. Prazo para Apresentação de Propostas

Os agricultores individuais, grupos formais e informais deverão apresentar a documentação para habilitação até o dia 28/09/2010, às 17:00 horas, na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes/ Banco de Alimentos de Itanhaém, com sede à Av. Harry Forssell 1505 Jd. Sabaúna.

4. Documentos de Habilitação a serem apresentados pelos candidatos

4.1. Agricultor Individual

Os documentos de habilitação para o agricultor familiar individual deverão ser entregues em um único envelope, que deverá conter sob pena de inabilitação:

- a) Cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) Cópia da DAP principal (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF) ou extrato da DAP;

c) Proposta de Fornecimento de Alimentos para o Agricultor Individual, conforme modelo do Anexo I deste Edital.

4.2. Grupo Formal e Informal – associações e cooperativas formalizadas ou não formalizadas
Os documentos de habilitação deverão ser entregues em um único envelope, que deverá conter sob pena de inabilitação:

a) Cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) de todos os agricultores familiares;

b) Cópia da DAP principal (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF) ou extrato da DAP de cada Agricultor Familiar participante;

c) Proposta de Fornecimento de Alimentos para Grupo Formal ou Informal, conforme modelo do Anexo II deste Edital.

5. Critérios de Priorização dos Agricultores Familiares

5.1 Serão utilizados os seguintes critérios de priorização para elaboração da lista classificatória dos agricultores familiares, e suas organizações, aptos a fornecerem produtos ao PAA:

5.2 Para atendimento a Grupos Formais ou Informais, nos itens de 1 a 4 dos Critérios de Priorização, pelo menos 90% dos agricultores familiares apresentados pelo Grupo no Anexo II do Edital deverão atender aos critérios, conforme descrição do indicador, comprovado por meio das DAPs inseridas no envelope entregue pelo Grupo.

5.3 Os agricultores familiares selecionados serão aqueles que tiverem maior pontuação, os quais poderão ser inseridos no projeto de Aquisição e Distribuição de Alimentos original ou na lista do Cadastro de Reserva do PAA.

6. Local e periodicidade de entrega dos produtos

6.1 Os gêneros alimentícios deverão ser entregues no Banco de Alimentos de Itanhaém situado à Av. Harry Forssell n.º 1505, semanalmente, pelo período de Outubro/2010 a Junho de 2012, no qual o Coordenador do PAA no município atestará o seu recebimento.

6.2 Os agricultores fornecedores serão responsáveis pelo transporte da produção ao Banco de Alimentos e poderão contar com apoio técnico da prefeitura através da Secretaria de Educação Cultura e Esportes Departamento de Agricultura nas questões específicas no campo produtivo.

7. Pagamento

7.1 O pagamento será realizado no prazo de até 10 dias após o recebimento da documentação necessária.

8. Disposições Gerais

8.1 Informações sobre esta Chamada Pública poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes e no Banco de Alimentos no horário de 8:00 às 17:00hs, de segunda a sexta-feira, ou através do site www.itanhaem.sp.gov.br;

8.2 O limite individual de venda do Agricultor Familiar deverá respeitar o valor máximo de até R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), por DAP por ano civil;

8.3 A definição dos produtos, volumes e preços dos alimentos adquiridos dos agricultores

CHAMADAS PÚBLICAS

familiares serão pactuados no Projeto de Execução a ser elaborado pela Prefeitura, quando da conclusão do processo de seleção.

8.4 Todos os agricultores individuais, grupos formais e informais que apresentarem propostas a este Edital, com a documentação requerida em anexo, poderão fornecer produtos ao PAA, respeitada a ordem de prioridade indicada nos critérios de priorização dos agricultores.

8.5 Serão aceitas propostas a maior para fins de cadastro reserva que será utilizado em casos de desistência, sempre respeitada a ordem de prioridade indicada nos critérios de priorização dos agricultores, visando a continuidade e efetividade do Programa.

Itanhaém, aos 15 dias do mês de Setembro de 2010.

João Carlos Forssell
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

Chamada Pública n.º 002 /2011 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – modalidade Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea Municipal – PAA Municipal, com dispensa de licitação, para doação a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme disposto pelo art. 19 da Lei n.º 10.696/2003 e pelo Convênio n.º 052 /2010-SESAN

A Prefeitura Municipal de Itanhaém pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Washington Luiz Nº 75 - Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 46.578.498/0001-75, representado neste ato pelo Prefeito, João Carlos Forssell, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art.19 da Lei 10.696/2003, e no Termo de Convênio n.º 052/2010 - SESAN, vem, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, incluídas suas organizações econômicas – cooperativas e associações, destinados ao abastecimento alimentar municipal, no período de Junho/2011 á Junho de 2012.

1. Objeto

O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e de suas organizações econômicas – cooperativas e associações, para doação a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, atendidas pelo Programa de Aquisição de Alimentos – modalidade Compra para Doação Simultânea Municipal, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo.

2. Agricultores Familiares Elegíveis

2.1 Serão aceitas propostas de agricultores familiares individuais, grupos formais e informais de agricultores familiares enquadrados no PRONAF.

2.2 Em caso de insuficiência dos recursos financeiros disponíveis para aquisição de alimentos de todos os agricultores familiares proponentes, serão utilizados os critérios de priorização especificados no Anexo IV deste edital.

3. Prazo para Apresentação de Propostas

Os agricultores individuais, grupos formais e informais deverão apresentar a documentação para habilitação até o dia 22/06/2011, às 17:00 horas, na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes/ Banco de Alimentos de Itanhaém, com sede à Av. Harry Forssell 1505 Jd. Sabaúna.

4. Documentos de Habilitação a serem apresentados pelos candidatos

4.1. Agricultor Individual

Os documentos de habilitação para o agricultor familiar individual deverão ser entregues em um único envelope, que deverá conter sob pena de inabilitação:

- a) Cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) Cópia da DAP principal (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF) ou extrato da DAP;
- c) Proposta de Fornecimento de Alimentos para o Agricultor Individual, conforme modelo do Anexo I deste Edital.

4.2. Grupo Formal e Informal – associações e cooperativas formalizadas ou não formalizadas

f Os documentos de habilitação deverão ser entregues em um único envelope, que deverá conter sob pena de inabilitação:

- a) Cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) de todos os agricultores familiares;
- b) Cópia da DAP principal (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF) ou extrato da DAP de cada Agricultor Familiar participante;
- c) Proposta de Fornecimento de Alimentos para Grupo Formal ou Informal, conforme modelo do Anexo II deste Edital.

5. Critérios de Priorização dos Agricultores Familiares

5.1 Serão utilizados os seguintes critérios de priorização para elaboração da lista classificatória dos agricultores familiares, e suas organizações, aptos a fornecerem produtos ao PAA:

5.2 Para atendimento a Grupos Formais ou Informais, nos itens de 1 a 4 dos Critérios de Priorização, pelo menos 90% dos agricultores familiares apresentados pelo Grupo no Anexo II do Edital deverão atender aos critérios, conforme descrição do indicador, comprovado por meio das DAPs inseridas no envelope entregue pelo Grupo.

5.3 Os agricultores familiares selecionados serão aqueles que tiverem maior pontuação, os quais poderão ser inseridos no projeto de Aquisição e Distribuição de Alimentos original ou na lista do Cadastro de Reserva do PAA.

6. Local e periodicidade de entrega dos produtos

6.1 Os gêneros alimentícios deverão ser entregues no Banco de Alimentos de Itanhaém situado á Av. Harry Forssell n.º 1505, semanalmente , pelo período de Junho/2011 a Junho de 2012, no qual o Coordenador do PAA no município atestará o seu recebimento.

6.2 Os agricultores fornecedores serão responsáveis pelo transporte da produção ao Banco de Alimentos e poderão contar com apoio técnico da prefeitura através da Secretaria de Educação Cultura e Esportes Departamento de Agricultura nas questões específicas no campo produtivo.

7. Pagamento

7.1 O pagamento será realizado no prazo de até 10 dias após o recebimento da documentação necessária.

7.2 O pagamento será efetuado somente através de depósito em conta corrente do produtor fornecedor habilitado.

8. Disposições Gerais

8.1 Informações sobre esta Chamada Pública poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes e no Banco de Alimentos no horário de 8:00 ás 17:00hs, de segunda a sexta-feira, ou através do site www.itanhaem.sp.gov.br;

8.2 O limite individual de venda do Agricultor Familiar deverá respeitar o valor máximo de até R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), por DAP por ano civil;

8.3 A definição dos produtos, volumes e preços dos alimentos adquiridos dos agricultores familiares serão pactuados no Projeto de Execução a ser elaborado pela Prefeitura, quando da conclusão do processo de seleção.

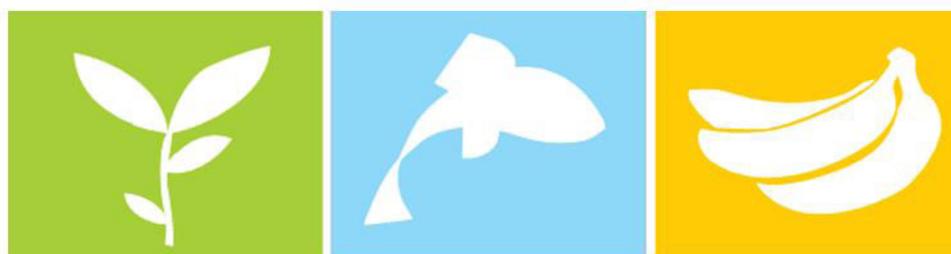
8.4 Todos os agricultores individuais, grupos formais e informais que apresentarem propostas a este Edital, com a documentação requerida em anexo, poderão fornecer produtos ao PAA, respeitada a ordem de prioridade indicada nos critérios de priorização dos agricultores.

LOGOS INSTITUCIONAIS



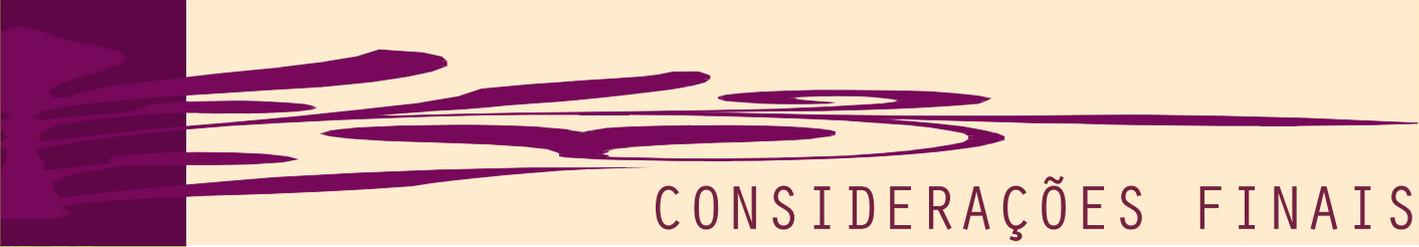
SDE
Departamento de Agricultura

SECE
Banco de Alimentos



Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos extremamente positivo todo o processo de operacionalização do Projeto, trazendo desde o aprimoramento do município em gestão de política pública na área de segurança alimentar, como resultados expressivos na construção de uma nova realidade social e financeira dos produtores e pescadores participantes do Programa. Entendemos que é plenamente possível mudar radicalmente a vida de um grupo quando a política estabelecida prima pela dignidade do trabalho e da produção final com destino sustentável e transparente. Os benefícios quanto ao Direito Humano à Alimentação Adequada, podem ser constatados quando o Programa atinge, de fato, a população em pontos específicos de insegurança alimentar, seja através de suas entidades, associações, instituições religiosas, grupos solidários informais ou mesmo por busca ativa de Programas próprios de atenção.

